



Governo do Estado de Roraima  
Secretaria de Estado de Licitação e Contratação  
"Amazônia: patrimônio dos brasileiros"

EDITAL DE ABERTURA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 90006/2025

SOB O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO Nº: 26101.000796/2024.31 – SEJUC

1. PREÂMBULO

1.1. O(A) pregoeiro(a) da **Secretaria de Estado de Licitação e Contratação- SELC**, designado(a) pelo **Decreto nº 1359-P**, de 1º/08/2023, torna público aos interessados que, na forma do **Decreto nº 31.408-E**, de 9/12/2021, do **Decreto nº 11.462**, de 31/03/2023, do Decreto nº 34.223-E, de 24/04/2023, aplicando-se, as disposições da **Lei nº 14.133**, de 1º/03/2021 e subsidiariamente a **Lei Complementar nº. 123**, de 14/12/2006, realizará licitação na modalidade **Pregão**, na forma **Eletrônica sob o Sistema de Registro de Preços**, mediante as condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

2. DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO

**Dia: 23 de abril de 2025**

**Horário: 09:30 (horário de Brasília/DF)**

**Endereço Eletrônico:** [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)

**Código UASG: 930800**

2.1. Este pregão poderá ter a data e horário de abertura da sessão pública transferida, caso ocorra algum fato superveniente que impeça sua abertura na data já definida;

2.2. O edital e seus anexos estarão disponíveis para download nos sites: [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) e <http://www.selc.rr.gov.br> ou no **Protocolo da Secretaria de Estado de Licitação e Contratação- SELC**, localizada na Av. Nossa Senhora da Consolata, 472 – Centro, CEP: 69.301-011, Boa Vista-RR, de **segunda a sexta feira**, no horário das **07h30 às 13h30**, sem qualquer ônus, devendo apenas o interessado dispor de mídia que suporte os respectivos arquivos.

3. DO OBJETO

3.1. O objeto da presente licitação é a **Eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de sanitização, dedetização, desratização, desinsetização, descupinização e semelhantes e limpeza, esgotamento, desobstrução de fossa séptica e caixas de gordura**, de acordo com as quantidades e especificações técnicas constantes do **TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I** e do **MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS – ANEXO II** deste edital;

3.2. A licitação será dividida em lotes, conforme tabela constante no **TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I** e **MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS – ANEXO II** deste edital , facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

3.3. O **critério de julgamento** adotado neste pregão será o de **menor preço**, observadas as exigências contidas neste edital e seus anexos quanto às especificações técnicas do objeto;

3.4. O **Modo de disputa desta licitação será: (aberto)**;

3.5. O **intervalo mínimo de diferença entre os lances**, adotado neste pregão, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **0,50% (zero virgula cinquenta por cento)**;

3.6. A licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste edital e seus anexos. Em caso de divergência entre as especificações descritas no Catálogo de Materiais (CATMAT) e Serviços (CATSER) do sistema eletrônico e as especificações constantes do **TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I** e do **MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS – ANEXO II** prevalecerão as especificações dos Anexos mencionados.

4. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes do objeto desta licitação corresponderão ao demonstrativo a seguir:

Nº do Processo	Programa de trabalho	Fonte (Recurso)	Natureza de Despesa
26101.000796/2024.31	26101.14.421.036.2123	1.500/0101	33.90.39

5. DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1. São órgãos participantes deste pregão sob o Sistema de Registro de Preços:

Ord.	Órgão(s) Participante(s)
01	Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania - SEJUC
02	Secretaria do Trabalho e Bem - Estar Social - SETRABES
03	Casa Militar de Roraima
04	Secretaria de Estado dos Povos Indígenas - SEPI
05	Controladoria Geral do Estado de Roraima - COGER
06	Casa Civil do Estado de Roraima
07	Secretaria de Estado de Gestão Estratégica e Administração - SEGAD
08	Secretaria Estadual de Infraestrutura de Roraima - SEINF
09	Procuradoria-Geral do Estado de Roraima - PGERR
10	Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ
11	Instituto de Terras e Colonização do Estado de Roraima - ITERAIMA
12	Secretaria de Estado de Licitação e Contratação - SELC
13	Instituto de Previdência do Estado de Roraima - IPER
14	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Roraima - FAPERR
15	Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento - SEPLAN
16	Corpo de Bombeiros Militar de Roraima - CBM/RR

17	Universidade Estadual de Roraima - <b>UERR</b>
18	Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Roraima - <b>IPEM/RR</b>

5.2. As regras referentes ao órgão gerenciador e aos participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços (ANEXO III) deste edital.

## 6. DO CREDENCIAMENTO

- 6.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória pregão, em sua forma eletrônica;
- 6.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil;
- 6.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este pregão;
- 6.4. A licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros;
- 6.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados;
- 6.6. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

## 7. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

### 7.1. Poderão participar desta licitação:

- 7.1.1. Empresas que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil, e que detenham ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação;
- 7.1.2. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, informando-se a respeito do funcionamento e regulamento do sistema;
- 7.1.3. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;
- 7.1.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros;
- 7.1.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados;
- 7.1.6. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação;
- 7.2. **Não poderão participar direta ou indiretamente desta licitação:**
  - 7.2.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
  - 7.2.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
  - 7.2.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
  - 7.2.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
  - 7.2.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
  - 7.2.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;
  - 7.2.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
  - 7.2.8. agente público do órgão ou entidade licitante;
  - 7.2.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
  - 7.2.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);
  - 7.2.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 7.3. O impedimento de que trata o subitem 7.2.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 7.4. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os subitens 7.2.2 e 7.2.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 7.5. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 7.6. O disposto no 7.2.2 e 7.2.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 7.7. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).
- 7.8. A vedação de que trata o subitem 7.2.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

## 8. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 8.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento descrito no subitem 3.3 deste edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 8.2. O licitante declarará, em campo próprio do sistema, sem prejuízo da exigência de outras declarações previstas em legislação específica e na Lei nº 14.133, de 2021, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital de licitação.
- 8.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
  - 8.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
  - 8.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
  - 8.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
  - 8.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 8.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 8.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 8.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 8.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 8.6. A falsidade da declaração de que trata os subitens 8.3 ou 8.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 8.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente

inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**8.8.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

**8.9.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

**8.10.** Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e seus anexos e já apresentados, serão encaminhados pela licitante melhor classificada após o encerramento do envio de lances, observado o prazo de que trata o subitem 13.1.4 deste edital;

**8.11.** Fica vedada a comunicação entre o pregoeiro e as licitantes durante a fase de lances do pregão eletrônico, por meio de “Chat” ou procedimento similar, exceto quanto aos avisos gerais e necessários para o andamento do certame, sendo permitido o contato destes antes e depois da referida fase através de “Chat”;

**8.12.** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

**8.12.1.** a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

**8.12.2.** os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

**8.13.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

**8.13.1.** valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

**8.13.2.** percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

**8.14.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do subitem 8.12, possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

**8.15.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

**8.16.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 9. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

**9.1.** A licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

**9.1.1.** Valor unitário e total do item ou percentual de desconto, conforme o caso;

**9.1.2.** Marca, Fabricante, Modelo / Versão, quando exigido no **MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS – ANEXO II** deste edital;

**9.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, fabricante, modelo / versão e procedência, vinculam a Contratada.

**9.3.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

**9.4.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**9.5.** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos 12 (doze) meses.

**9.6.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**9.7.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe neste edital e seus anexos, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**9.8.** Constar o **PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA será de, no mínimo, 90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação. As propostas omissas ou que indicarem prazo inferior serão válidas e consideradas com o prazo mínimo estabelecido neste subitem;

**9.9.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

**9.9.1.** Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no subitem 9.9 deste edital.

**9.10.** O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## 10. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

**10.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico e será aberta pelo pregoeiro com a utilização de sua chave de acesso e senha, na data e horário indicado neste edital;

**10.2.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**10.3.** Durante a sessão pública, a comunicação entre o pregoeiro e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens no “chat”, em campo próprio do sistema eletrônico;

**10.4.** Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública deste pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão;

## 11. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

**11.1.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**11.1.1.** Qualquer elemento que possa identificar a licitante importará a desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas neste edital e seus anexos;

**11.1.2.** A desclassificação será sempre registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes;

**11.1.3.** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

## 12. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

**12.1.** Iniciada a etapa competitiva, observado o modo de disputa adotado no edital, nos termos do disposto no subitem 12.7, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**12.2.** O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no subitem 3.3 deste Edital.

**12.3.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

**12.4.** O licitante somente poderá oferecer lance de *valor inferior ou percentual de desconto superior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**12.5.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta será o indicado no subitem 3.5 deste edital.

**12.6.** Observado o § 2º do Art. 21 [da IN SEGES nº 73, de 30/09/22](#), o licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de (15) quinze segundos após o registro no sistema, **na hipótese de lance inconsistente ou inexequível**, nos termos dos arts. 33 e 34. da IN [SEGES nº 73, de 30/09/22](#).

**12.7.** Neste pregão será adotado para o envio de lances o **modo de disputa “aberto”**, em que as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações;

**12.7.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

**12.7.2.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**12.7.3.** Não havendo novos lances na forma estabelecida no subitem anterior, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme disposto no § 2º do art. 22 [da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

**12.7.4.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações. (§ 3º Art. 23, IN [SEGES nº 73, de 30/09/22](#)).

**12.7.5.** Após o reinício previsto no item anterior, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

**12.8.** Encerrados os prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances conforme dispõe o § 2º do art. 22 da IN [SEGES nº 73, de 30/09/22](#), da seguinte forma:

**12.8.1.** ordem crescente, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; ou

**12.8.2.** ordem decrescente, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

- 12.9. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 12.10. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da licitante.
- 12.11. O pregoeiro poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema. ([artigo 21, § 4º, da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#)).
- 12.12. A eventual exclusão de proposta do licitante, de que trata o subitem 12.11 deste edital, implica a retirada do licitante do certame, sem prejuízo do direito de defesa. ([artigo 21, § 5º, da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#)).
- 12.13. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 12.14. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a (10) dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).
- 12.15. Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 12.16. Em relação a itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como com as demais classificadas, para o fim de aplicação do disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 14/12/2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 06/10/2015.
- 12.16.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 12.16.2. A licitante melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 05 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 12.16.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrarem no intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 12.16.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 12.17. **Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado;**
- 12.17.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o **critério de desempate** será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:
- 12.17.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 12.17.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 12.17.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 12.17.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 12.18. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 12.18.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 12.18.2. empresas brasileiras;
- 12.18.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 12.18.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

### 13. DA NEGOCIAÇÃO

- 13.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro ou a comissão de contratação, quando o substituir, poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 13.1.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do **preço máximo aceitável unitário e global definidos** pela Administração.
- 13.1.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 13.1.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 13.1.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, **no prazo de 2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 13.1.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 13.1.6. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

### 14. DA FASE DE JULGAMENTO

- 14.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o **licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar** atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no subitem 7.2 deste edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, **mediante a consulta aos seguintes cadastros**:
- a) SICAF;
- b) Ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico [www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- c) Ao Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico <http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>.
- d) Ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).[A1]
- e) Ao Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU, no endereço eletrônico <https://contas.tcu.gov.br/ords/P?p=INABILITADO:CERTIDAO:0;>
- 14.2. As consultas previstas nas condições anteriores **serão realizadas em nome da licitante** e também de eventual matriz ou filial e de seu sócio majoritário, por força do art. [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#)., que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;
- 14.3. Caso conste na **Consulta de Situação do licitante** a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3, de 26/04/2018, art. 29, caput](#))
- 14.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3, de 26/04/2018, art. 29, §1º](#)).
- 14.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3, de 26/04/2018, art. 29, §2º](#)).
- 14.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 14.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 14/12/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente;
- 14.5. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 14.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os subitem 8.5 deste edital.
- 14.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).
- 14.8. **Será desclassificada a proposta vencedora que:**
- 14.8.1. contiver vícios insanáveis;
- 14.8.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no **TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I** e no **MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS – ANEXO II** deste edital;
- 14.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do **preço máximo aceitável unitário e global definidos** para a contratação;
- 14.8.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 14.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

14.9. No caso de bens e serviços em geral, é indicio de inexecução das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração ([Art. 34 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#));

14.9.1. A inexecução, na hipótese de que trata o subitem anterior, só será considerada após diligência do pregoeiro ou da comissão de contratação, quando o substituir, que comprove:

14.9.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

14.9.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

14.10. Erros no preenchimento da planilha de composição de custo, não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha de composição de custo poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

14.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

14.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha de composição de custo passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

14.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

14.12. O pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro geral de pessoal do Governo do Estado de Roraima ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão;

## 15. DA HABILITAÇÃO

15.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

15.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

15.3. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

15.4. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

15.5. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**15.6. A habilitação das licitantes será verificada por meio do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, nos documentos por ele abrangidos, quando os procedimentos licitatórios forem realizados por órgãos ou entidades que aderirem ao SICAF.**

15.6.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digítas quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3, de 26/04/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

15.7. As licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF.

15.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3, de 26/04/2018, art. 7º, caput](#)).

15.8.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação ([IN nº 3, de 26/04/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

15.9. Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar no **nome da licitante**, com indicação do número de inscrição no CNPJ;

15.10. Se a licitante for a matriz, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal e trabalhista deverão estar em nome da matriz, e se a licitante for a filial, os documentos mencionados deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz. Quanto aos atestados de capacidade técnica, quando solicitados, poderão ser apresentados em nome da matriz e/ou filial;

15.11. As microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição, conforme dispõe o art. 43 da LC nº 123, de 14/12/2006;

15.11.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, conforme dispõe o art. 43, § 1º da LC nº 123, de 14/12/2006;

15.11.1.1. A prorrogação do prazo previsto no subitem anterior poderá ser concedida, a critério da Administração Pública, **quando requerida pela licitante**, mediante apresentação de justificativa.

15.11.2. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 15.11.1 deste edital, implicará a decadência do direito à contratação, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação, conforme dispõe o art. 43, § 2º da LC nº 123, de 14/12/2006;

15.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

15.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de [NO MÍNIMO, DUAS HORAS], prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

15.13. A verificação no SicaF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

15.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal, em qualquer caso, somente em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

15.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

15.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

15.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

15.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

15.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 15.12.1 deste edital.

15.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

15.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015](#)).

15.19. Efetuada a verificação referente ao cumprimento das condições de participação no certame, a habilitação das licitantes será realizada mediante a apresentação dos seguintes documentos, observado o disposto no subitem 15.7 deste edital:

## 15.20. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

15.20.1. **No caso de empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

15.20.2. **No caso de Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

15.20.3. **No caso de Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

15.20.4. **No caso de Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020](#).

15.20.5. **No caso de Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

15.20.6. **No caso de Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

15.20.7. **Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da respectiva consolidação.**

15.20.8. Alvará de funcionamento, dentro do seu prazo de validade, conforme o decreto nº 8.077/2013, que regulamenta as condições para o funcionamento de empresas sujeitas ao licenciamento sanitário, e o registro, controle e monitoramento, no âmbito da vigilância sanitária, dos produtos de que trata a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, e dá outras providências. (**documento exigido para todos os lotes**).

## 15.21. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

15.21.1. Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), conforme o caso;



15.21.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e/ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

15.21.3. Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, Municipal ou Distrital, do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

15.21.4. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

15.21.5. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

15.21.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos da Lei nº 12.440, de 07/07/2011, do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 01/05/1943.

## 15.22. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

15.22.1. Certidão negativa de feitos sobre falência, **EXPEDIDA PELO DISTRIBUIDOR DA SEDE DO LICITANTE**, conforme determina o art. 69, inciso II da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, há menos de **60 (sessenta) dias** da data prevista para a abertura da licitação, exceto quando dela constar o prazo de validade.

15.22.1.1. No caso de empresa em recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

15.22.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balançonetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69), **apresentado nos termos do Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007 e da Instrução Normativa RFB Nº 2.003, de 18 de janeiro de 2021 e suas alterações**.

15.22.2.1. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício, no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º).

15.22.2.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

15.22.2.3. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), iguais ou superiores a 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

15.22.2.3.1. As empresas que apresentarem resultado inferior a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, o capital mínimo OU o patrimônio líquido mínimo de 5% (cinco por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta de preços.

## 15.23. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA: (conforme ERRATA, ep.16052476)

15.23.1. Apresentar ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a aptidão do licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos estabelecidos. **(documento exigido para todos os lotes)**.

15.23.1.1. Entende-se por compatibilidade o fornecimento de no mínimo 10% (dez por cento), em relação ao valor estimado do lote.

15.23.1.2. Para atendimento do quantitativo exigido no subitem anterior, será permitido o somatório de atestados de capacidade técnica.

15.23.1.3. O(s) Atestado(s) deverá(ão) comprovar a aptidão para o desempenho de atividades pertinentes e compatíveis em características, prazos e quantidades com o objeto da licitação acompanhado de certidão de acervo técnico (CAT) emitida pelo Conselho competente, em nome de profissionais, legalmente habilitados, indicados como responsáveis técnicos e como responsáveis pela execução/condução dos serviços, onde fique comprovada a sua responsabilidade técnica, e aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da contratação; **(documento exigido para os lotes II e IV)**.

15.23.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

15.23.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

15.23.4. Licença sanitária, fornecida pelo órgão competente de Vigilância Sanitária do Estado ou Município onde estiver instalado, para exercer as atividades, Resolução de Diretoria Colegiada RDC nº 622, de 9 de março de 2022. **(documento exigido para os lotes II e IV)**.

15.23.5. Para os **lotes I e III**, registro do responsável técnico da licitante junto ao Conselho Profissional.

15.23.5.1. Para os **lotes II e IV**, registro do responsável técnico da licitante junto ao Conselho Profissional, conforme art. 7º, §2 da Resolução Anvisa – RDC nº 622, de 9 de março de 2022, sendo portanto, aceitos os seguintes registros: CRBIO - Conselho Regional de Biologia; ou CREA – Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia; ou CRQ-Conselho Regional de Química.

15.23.5.2. A comprovação do vínculo do Responsável Técnico deverá ser feita por meio de cópias autenticadas das Carteiras de Trabalho ou fichas de Registro de Empregado que comprove a condição de que pertence ao quadro da CONTRATADA, ou contrato social que demonstre a condição de sócio do profissional ou ainda por meio de contrato de prestação de serviços, sem vínculo trabalhista e regido pela legislação civil comum.

15.23.6. Para os **lotes II e IV**, a licitante deverá apresentar certificado de registro de funcionamento, emitido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, vinculada ao Ministério da Saúde;

15.23.7. Para os **lotes II e IV**, a licitante deverá apresentar AVCB – Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros ou documento equivalente em validade;

15.23.8. Para os **lotes II e IV**, a empresa deverá apresentar documento de licenciamento de natureza ambiental conforme Legislação Vigente relativo ao domicílio sede do licitante;

15.23.9. Para os **lotes II e IV**, A licitante deverá apresentar relação dos produtos que serão utilizados na execução dos serviços, juntamente com as Fichas de Informações de Segurança de Produto Químico – FISPQ, devidamente atualizados, registro na ANVISA e registro do fabricante junto ao IBAMA.

15.23.10. Apresentar Licença de Operação de Transporte conforme à Resolução ANTT nº. 5.232/16, de 14/12/2016 que aprova as Instruções Complementares ao Regulamento do Transporte Terrestre de Produtos Perigosos. **(documento exigido para os lotes I e III)**;

15.23.11. Licença Ambiental de Operação vigente expedida pelo órgão ambiental competente, conforme resolução Conama nº 237/97 - Dispõe sobre os procedimentos e critérios utilizados no licenciamento ambiental e no exercício da competência, bem como as atividades e empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental e Decreto Estadual nº 27377-E de 08 de agosto de 2019 **(documento exigido para os lotes I e III)**;

15.23.12. Apresentar licença do IBAMA, conforme Instrução Normativa 13, de 23 de agosto de 2021 (Cadastro Técnico Federal do IBAMA). **(documento exigido para os lotes I e III)**;

15.23.13. Para os **lotes I e III**, comprovação de que possui autorização expedida por autoridade ambiental competente para o destino dos resíduos oriundos dos serviços.

## 16. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

16.1. A proposta final da licitante declarada vencedora deverá ser encaminhada, no prazo estabelecido no subitem 13.1.4 deste edital, a contar da solicitação do pregoeiro, na forma descrita abaixo:

16.1.1. Constar a descrição detalhada do objeto, as informações similares à especificação do **TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I** e do **MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS – ANEXO II** deste edital, conforme exigido no item 9 deste edital;

16.1.2. Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma única via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pela licitante ou seu representante legal;

16.1.3. Constar a Razão Social e CNPJ da empresa, endereço completo, telefone, endereço eletrônico (e-mail), este último se houver, bem como nome do proponente ou de seu representante legal, CPF, RG e cargo na empresa;

16.1.4. Constar a indicação do banco, número da conta e agência da licitante vencedora, para fins de pagamento;

16.1.5. Constar os preços em moeda corrente nacional (Real), o valor unitário em numeral e o valor global em numeral e por extenso (art. 12, inciso II, da Lei nº 14.133/2021), contendo 02 (duas) casas decimais após a vírgula (exemplo: R\$ 0,00);

16.1.5.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

**16.1.6.** Constar o **PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA** será de, no mínimo, **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação. As propostas omissas ou que indicarem prazo inferior serão válidas e consideradas com o prazo mínimo estabelecido neste subitem;

**16.2.** A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso;

**16.3.** A proposta enviada implicará plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

## 17. DO RECURSO

**17.1.** Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 (dez) minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

**17.2.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**17.3.** O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

**17.4.** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

**17.4.1.** a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

**17.4.2.** o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

**17.4.3.** na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

**17.5.** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

**17.6.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua **decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos, conforme § 2º do Inciso II, art 165 da Lei nº 14.133 de 1º/04/2021.

**17.7.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**17.8.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**17.9.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**17.10.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**17.11.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados através de solicitação **exclusivamente pelo endereço eletrônico** [pregoeiros@selc.rr.gov.br](mailto:pregoeiros@selc.rr.gov.br);

## 18. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

**18.1.** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

**18.1.1.** deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

**18.1.2.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

**18.1.2.1.** não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

**18.1.2.2.** recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

**18.1.2.3.** pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

**18.1.2.4.** deixar de apresentar amostra;

**18.1.2.5.** apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações descritas neste edital e seus anexos;

**18.1.3.** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**18.1.3.1.** recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

**18.1.4.** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

**18.1.5.** fraudar a licitação

**18.1.6.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

**18.1.6.1.** agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

**18.1.6.2.** induzir deliberadamente a erro no julgamento;

**18.1.6.3.** apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

**18.1.7.** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

**18.1.8.** praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

**18.2.** Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

**18.2.1.** advertência;

**18.2.2.** multa;

**18.2.3.** impedimento de licitar e contratar e

**18.2.4.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**18.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:

**18.3.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida.

**18.3.2.** as peculiaridades do caso concreto

**18.3.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes

**18.3.4.** os danos que dela provierem para a Administração Pública

**18.3.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**18.4.** A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

**18.4.1.** Para as infrações previstas nos itens 18.1.1, 18.1.2 e 18.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

**18.4.2.** Para as infrações previstas nos itens 18.1.4, 18.1.5, 18.1.6, 18.1.7 e 18.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

**18.5.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

**18.6.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**18.7.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 18.1.1, 18.1.2 e 18.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**18.8.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 18.1.4, 18.1.5, 18.1.6, 18.1.7 e 18.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 18.1.1, 18.1.2 e 18.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

**18.9.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 18.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

**18.10.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**18.11.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**18.12.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

18.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

18.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

#### 19. DA VISITA TÉCNICA:

19.1. As empresas interessadas em participar do certame licitatório PODERÃO realizar visita técnica nas Secretarias, nos endereços descritos no subitem 4 do Anexo I - B (INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES) deste edital;

19.2. É recomendável a realização da visita técnica que tem por finalidade conhecer as estruturas para determinar as grandezas que serão envolvidas para a execução do objeto e, consequentemente, assegurar que o preço ofertado pela licitante seja compatível com as reais necessidades do CONTRATANTE;

19.3. A visita deverá ser realizada até o último dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública, mediante prévio agendamento junto as secretarias participantes deste Registro de Preços, conforme endereços descritos no subitem 4 do Anexo I - B (INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES) deste edital, onde será definido dia e horário da visita;

19.4. A visita deverá ser realizada por profissional qualificado, devidamente identificado e habilitado da interessada e será acompanhada por representante da Contratante.

19.5. Que os licitantes não poderão alegar o desconhecimento das condições e grau de dificuldades existentes como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas em decorrência do Termo de Referência, Anexo I deste edital.

19.6. O não exercício deste direito por parte da empresa interessada, por qualquer motivo, não permitirá a mesma, no futuro, a alegar qualquer desconhecimento que implique no descumprimento de qualquer cláusula do contrato.

19.7. O fato de a empresa deixar de realizar a vistoria ora prevista não impedirá sua participação em qualquer fase do certame.

#### 20. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

20.1. O objeto deste pregão será adjudicado pela autoridade superior, salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação caberá à autoridade superior competente para homologação;

20.2. A homologação eletrônica deste pregão caberá à autoridade superior competente da SECRETARIA DE ESTADO DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO- SELC;

20.3. A homologação física deste pregão caberá à autoridade competente do órgão originário do processo;

20.4. O objeto deste pregão será adjudicado à licitante vencedora.

#### 21. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

21.1. Homologado o resultado da licitação, o adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#);

21.2. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela(s) licitante(s) vencedor(as), durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado aceito pela administração;

21.3. A Ata de Registro de Preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de Registro de Preços.

21.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes do **TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I** e do **MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS – ANEXO II** deste edital, com a indicação da licitante vencedora, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições;

21.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no **Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP** e disponibilizado durante a vigência da Ata de Registro de Preços, conforme art. 18, § 4º, do Decreto nº 11.462/23.

21.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada, conforme Art. 21 do Decreto nº 11.462/23.

21.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, conforme art. 20 do Decreto nº 11.462/23.

#### 22. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

22.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:.

22.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

22.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

22.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata, conforme artigo 18, III, do Decreto nº 11.462, de 2023.

22.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

22.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original, conforme artigo 18, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023.

22.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

22.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

22.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos arts. 28 e 29 do Decreto nº 11.462/23.

22.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá: (Art. 20, parágrafo único, do Decreto nº 11.462/23).

22.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

22.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

#### 23. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

23.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este edital de licitação por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#) ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública, **exclusivamente para o endereço eletrônico [pregoeiros@selc.rr.gov.br](mailto:pregoeiros@selc.rr.gov.br)**;

23.2. O pregoeiro, responderá aos pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação no prazo de até 3 (três) dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação e dos anexos.

23.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, mediante petição a ser enviada **exclusivamente para o endereço eletrônico [pregoeiros@selc.rr.gov.br](mailto:pregoeiros@selc.rr.gov.br)**;

23.4. A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo pregoeiro, quando o substituir, nos autos do processo de licitação;

23.5. As respostas às impugnações e aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas no sistema eletrônico e vincularão os participantes e a administração, dentro do prazo estabelecido no subitem 22.2 deste item;

23.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos neste edital e seus anexos;

23.7. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame;

23.8. Quando a impugnação ou pedido de esclarecimento tratar de temas alheios à competência do pregoeiro, ou seja, sobre especificações técnicas ou diretamente vinculados ao Termo de Referência, a petição poderá ser encaminhada ao órgão originário do processo para que se pronuncie acerca da demanda, cabendo ao órgão responder no prazo pré-estabelecido. Caso não o faça, o certame deverá ser adiado “*sine-die*”, até que os questionamentos sejam sanados;

#### 24. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

24.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

24.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, **a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente**, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

24.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

24.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

24.5. As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação;

24.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.



- 24.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 24.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 24.9. A autoridade competente para homologar este procedimento licitatório, poderá revogá-lo somente em razão do interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar a revogação, e deverá anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, por meio de ato escrito e fundamentado;
- 24.9.1. A anulação do pregão induz à do contrato;
- 24.9.2. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.
- 24.10. É facultado ao pregoeiro e à autoridade superior, em qualquer fase deste pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação;
- 24.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observando o disposto na Lei nº 418 de 15/01/2004;
- 24.12. Não serão aceitos “**protocolos de entrega**” ou “**solicitação/requerimento de documento**” em substituição aos documentos exigidos neste edital e seus anexos;
- 24.13. A **proposta** e os **documentos de habilitação** exigidos neste edital e seus anexos, **caso sejam solicitados**, deverão ser encaminhados, em prazo a ser estabelecido pelo pregoeiro, na forma **original** ou de acordo com o disposto na Lei nº 13.726, de 08/10/2018, à **Secretaria de Estado de Licitação e Contratação - SELC**, localizada na **Av. Nossa Senhora da Consolata, 472 – Centro, CEP: 69.301-011, Boa Vista-RR**;
- 24.14. Eventuais modificações no edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas, nos termos art. 55, § 1º da Lei 14.133 de 1º/04/2021.
- 24.15. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 24.16. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no **Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP** no endereço eletrônico <https://www.gov.br/pncp/pt-br> e no sítio desta Secretaria de Estado de Licitação e Contratação- SELC no endereço <http://www.selc.rr.gov.br>.
- 24.17. Após apresentação da proposta não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro;
- 24.18. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação;
- 24.19. Os prazos previstos neste edital e seus anexos, serão contados com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento, e considerará prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia em que não houver expediente, se o expediente for encerrado antes da hora normal ou se houver indisponibilidade da comunicação eletrônica nesta SECRETARIA DE ESTADO DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO- SELC, nos termos do art. 183 da Lei nº 14.133 de 1º/04/2021
- 24.20. Quaisquer informações complementares sobre este edital e seus anexos, poderão ser obtidas pelo e-mail [pregoeiros@selc.rr.gov.br](mailto:pregoeiros@selc.rr.gov.br);
- 24.21. O resultado desta licitação será publicado no Diário Oficial do Estado de Roraima ([www.imprensaoficial.rr.gov.br](http://www.imprensaoficial.rr.gov.br)), no Diário Oficial da União ([www.in.gov.br](http://www.in.gov.br)), quando se tratar de recursos federais, e divulgado em Jornal de grande circulação local, no sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), no sítio desta Secretaria de Estado de Licitação e Contratação- SELC ( <http://www.selc.rr.gov.br>);
- 24.22. Aplica-se à presente licitação, subsidiariamente, a **Lei nº 8.078 – Código de Proteção e Defesa do Consumidor**, de 11/09/1990, e demais normas legais pertinentes;
- 24.23. As minutas deste edital foram elaboradas pelos seguintes setores desta Secretaria de Estado de Licitação e Contratação - SELC: Divisão de Elaboração de Editais - DEDIT (Minuta do edital - ep. 16072327) e Assessoria de Licitação e Contratação - ALIC (Minuta do contrato - ep. 15883477), **em estrita consonância com as regras definidas pela Secretaria de Estado solicitante em seu Termo de Referência, cujo teor foi transcrito na íntegra no anexo I deste edital**;
- 24.24. Ao Pregoeiro designado para conduzir este certame coube o ato de divulgação da abertura da sessão e sua consequente condução até a conclusão, e demais requisitos legalmente previstos nos termos do art. 8º da Lei nº 14.133 de 1º/04/2021 e do art. 10 do Decreto nº 11.246, de 27 de outubro de 2022.

## 25. DOS ANEXOS

- 25.1. ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;
- 25.2. ANEXO I-B – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES;
- 25.3. ANEXO II – MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS;
- 25.4. ANEXO III – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;
- 25.5. ANEXO IV – MINUTA DE CONTRATO.

## 26. DO FORO

- 26.1. O Foro para dirimir os possíveis litígios que decorrerem do presente procedimento licitatório será o da comarca de Boa Vista/RR

Boa Vista – RR, 01 de abril de 2025.

(assinado eletronicamente)  
**JULIANO BACARIM**  
Secretário Adjunto de Estado de Licitação e Contratação

## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA

N.º 05/2024

## 1. DO OBJETO

- 1.1. **Eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de sanitização, dedetização, desratização, desinsetização, descupinização e assemelhados e limpeza, esgotamento, desobstrução de fossa séptica e caixas de gordura para atender as necessidades dos prédios da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania - SEJUC da capital e do interior**, nos termos da tabela contida no **Anexo I** deste termo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
- 1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de consumo de luxo, conforme Decreto nº 34.222-E, de 24 de abril de 2023.
- 1.3. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme definições contidas na Lei **14.133/2021**, pela hipótese do **Art. 6º e inciso XIII**: “bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.”.
- 1.4. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses contados da última assinatura, nos termos do art. 106 da Lei nº 14.133, de 2021, prorrogável por até 10 anos, conforme o art 107 da mesma lei, tendo eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado, conforme prevê o art 89, §§ 1º e 2º, da mesma lei.
- 1.4.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.
- 1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.
- 1.6. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que o preço é mais vantajoso.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada nos tópicos, respectivamente, "descrição da necessidade" e "estimativa das quantidades a serem contratada", do Estudo Técnico Preliminar, acostado no (e.p.15249965) deste processo.
- 2.2. A presente contratação está diretamente alinhada com o Planejamento Anual do Trabalho da SEJUC parat o exercício 2024 (12015206), tendo em vista que o Plano de Contratações Anuais - PCA encontra-se em fase de elaboração.

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. A descrição dos requisitos da contratação está descritos **no item 4** do Estudo Técnico Preliminar acostado no (e.p.15249965) deste processo;

3.2. Os serviços devem incluir:

3.2.1. **Serviços de dedetização/desinsetização:** Realizada por meio de pulverização de inseticida líquido nas áreas internas e externas. **Áreas internas:** No caso de baratas, é aplicado um gel de baratas em cantos e frestas dos móveis, prateleiras, pias, mesas, dobradiças. Aplicação em interruptores, tomadas elétricas, caixa de força, frestas entre os objetos e a parede, balanços, nos cantos e frestas dos equipamentos eletrônicos e demais áreas propícias ao abrigo e reprodução da praga. Para formigas é aplicado também um gel ao lado das trilhas das formigas, próximos aos abrigos e em todos os locais onde elas transitam. No caso de mosquitos e moscas, o inseticida é aplicado nas paredes e superfícies de repouso dos insetos, como embaixo de mesas, cadeiras etc. Também é realizado o polvilhamento de inseticida pó em caixas de esgoto/ralos para controle de baratas e escorpiões e olheiros de formigueiros.

**Áreas externas:** Jardins e Áreas Verdes: Produtos específicos são aplicados em jardins, canteiros de flores, gramados e áreas ajardinadas para controlar pragas como formigas, pulgões e outros insetos que podem afetar plantas. Paredes Externas e Fundações: Barreiras químicas podem ser estabelecidas ao redor das fundações e ao longo das paredes externas para prevenir a entrada de insetos, como baratas e aranhas, na estrutura do edifício. Calçadas e Áreas de Passeio: Tratamentos são realizados em calçadas, caminhos e outras áreas pavimentadas para controlar pragas que podem se esconder em rachaduras e fendas.

3.2.2. **Serviços de desratização:** Realizada com a utilização de armadilhas caixas-pretas fixas e chaveadas e túneis de cola nas áreas internas e externas. As caixas são instaladas na **área externa** junto às paredes (geralmente a cada 15m), devidamente identificadas, formando um cinturão de proteção em torno do imóvel. Se necessário, podem ser instaladas nas **áreas internas** como; depósitos, almoxarifados etc. Os túneis são instalados junto às paredes em áreas internas como escritórios, depósito, etc. A manutenção nas armadilhas é feita através da limpeza e troca dos raticidas contidos nas mesmas, assim como nos túneis de cola são realizadas trocas das colas que perderam a aderência ou têm capturas. O raticida (formulações em: bloco parafinado, granulado, peletes ou pó) faz efeito no organismo do roedor em um tempo de 3 a 7 dias. Em caso de alta infestação não se tem um efeito expressivo em menos de 15 dias de tratamento.

3.2.3. **Serviços de descupinização:** É utilizada uma barreira química em torno do local **nas áreas internas e externas**, onde são feitas perfurações em torno do local com cupim (furos equidistantes de 30 a 40 cm entre si e a 15 cm da estrutura do imóvel) para aplicação da calda cupinizada. Esse tratamento consiste na impregnação do inseticida nas regiões superficiais do solo sob as edificações com objetivo de impedir o acesso de cupins subterrâneos. Quando verificada a necessidade podem ser realizadas perfurações de portais, janelas e junções dos rodapés de madeira para aplicação de calda cupinizada com broca pequena (4mm a 5mm) para não danificar o portal ou janela. É realizado também o tratamento das ramificações (trilhas) e infestações nas árvores do entorno do estabelecimento através de líquido cupinizada. Quando encontradas colônias, as mesmas são retiradas e tratadas.

3.2.4. **Serviços de sanitização (áreas internas):** Consiste em aplicar produtos profissionais sanitizantes e desinfetantes nas superfícies e nos ambientes, misturados por profissionais com treinamento e experiência. A colocação do líquido que elimina vírus, bactérias e outros microrganismos é feita comatomizadores elétricos e pulverizadores de mão, criando uma barreira nestes locais, assim como também é pulverizado estes produtos em locais úmidos e escuros, propensos a criação e proliferação de mofo e fungos.

a) Áreas Internas: compreendem os diversos tipos de pisos, incluindo coberturas, garagens e varandas.

b) Áreas Externas: compreendem área não edificada, mas integrante do imóvel, tais como passeios, rampas, calçadas, estacionamento, circulação de veículos e acessos.

c) **Serviços de dedetização/desinsetização, Serviços de desratização, Serviços de descupinização, Serviços de sanitização serão executados quadrimestralmente, perfazendo o total de 04 (quatro) aplicações anuais.**

d) Após a realização dos serviços, a empresa deverá entregar documento/certificado de garantia, no qual especifique o prazo de validade dos serviços e produtos aplicados. No período de validade dos serviços, a empresa deverá dar toda a assistência que se fizer necessária para garantir o controle da infestação nas áreas tratadas.

e) Características gerais dos produtos para prestação do serviço

Os produtos químicos utilizados nas aplicações deverão ter no mínimo as seguintes características:

- Ser preparados e apropriados especificamente para cada local, sendo inócuos à saúde humana e não poderão provocar manchas nos locais de aplicação;
- Ser de boa qualidade, alto alcance de extermínio e que atendam à Resolução RDC nº 622, de 9 de março de 2022 da ANVISA e demais normas vigentes;
- Estar devidamente registrado e liberado pelo Ministério da Saúde, conforme estabelece a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e demais normas vigentes;
- Sempre que possível, a dedetização deverá ser realizada com uso de equipamentos que garantam maior produtividade, padrão de qualidade, e menores impactos à saúde dos prestadores de serviços envolvidos;
- A desratização deverá ser realizada com emprego de raticidas que serão colocados em locais estratégicos, não acessíveis ao contato humano e o produto a ser utilizado deverá ser inodoro, de eficácia comprovada e provocar a morte e o ressecamento do animal, sem deixar odor.
- A descupinização deverá ser realizada com emprego de Inseticidas, Iscas e Reguladores de Crescimento de Insetos e Barreiras Químicas, devem ser seguros para aplicação em ambientes com pessoas, seguindo rigorosamente as normas de segurança estabelecidas.
- A higienização e saneamento dos locais com mofo e fungo devem ser através de produtos inodoros e incolores, e não devem apresentar perigo ao prestador do serviço assim como, as demais pessoas com acesso ao local onde foi pulverizado o produto.

3.2.5. **Serviço de Limpeza de fossa e Serviços de limpeza e desobstrução de caixa de passagem e de gordura e Serviços de limpeza e desobstrução e limpeza de rede de esgoto e sumidouros:** serão executados através de hidro-jateamento a alta pressão com regulagem combinado com sistema de sucção a alto vácuo, para operações simultâneas e/ou independentes com tanques reservatórios e carretéis, desobstruindo limpando as redes de esgotos, removendo sujeiras impregnadas sem causar danos nas paredes e pisos do local, entre outros métodos existentes.

3.2.5.1. podem se feita tanto com hidro-jateamento, caminhão auto vácuo.

a) O desentupimento com hidro-jateamento pode se feito tanto com lavadora de alta pressão profissional, quanto com caminhão. Se trata de uma mangueira com trama de aço que é introduzida no encanamento com uma forte pressão de água para lavar todo o encanamento, e até cortar objetossólidos e raízes que estejam obstruindo a tubulação.

b) Caso o local seja grande será necessário um caminhão auto vácuo que funciona através da sucção a vácuo por meio de mangueiras acopladas ao tanque do caminhão. Após a sucção dos dejetos, é feito o hidro-jateamento no local. O conteúdo coletado do local precisa ser descartado corretamente, para não colocar em risco a saúde das pessoas e o meio ambiente.

c) A empresa deverá limpar todo o local onde se encontra localizada os serviços após a sucção de seus resíduos, bem como reparar e consertar qualquer dano que tenha causado, exemplo: quebra de calçadas, tampa das fossas ou sumidouros, esgoto e caixas bem como eventuais danos ocasionados nas vias públicas ou qualquer local onde for executado o serviço.

d) **Serviço de Limpeza de fossa e Serviços de limpeza e desobstrução de caixa de passagem e de gordura e Serviços de limpeza e desobstrução e limpeza de rede de esgoto e sumidouros serão executados mensalmente, perfazendo o total de 12 (doze) execuções anuais.**

e) Dar garantia dos serviços prestados, utilizar produtos com registro no Ministério da Saúde e atender as exigências e normas, inclusive de segurança e ambientais, quando instituídas pelas Agências e Órgãos Oficiais reguladores e/ou fiscalizadores;

3.2.6. Em casos emergenciais, proliferações repentinas, bem como corrigir falhas que tenham ocorrido proveniente do serviço realizado de desentupimento, desobstrução e limpeza de fossa séptica e limpeza de caixa de gordura e esgoto, a Contratada deverá atender em até 48 (quarenta e oito) horas após a notificação por meio de e-mail e ou telefone, feito pela Fiscalização do Contrato;

3.2.7. Refazer o serviço de controle de pragas e vetores, desentupimento, desobstrução e limpeza de fossa séptica e caixas e gordura e esgoto nas áreas em que for verificada a ineficácia dos serviços prestados, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, contados do recebimento da notificação enviada pela Fiscalização, por meio de e-mail, sem ônus extra para o CONTRATANTE;

3.2.8. A realização do serviço somente poderá ser efetuado por empregado devidamente treinado, identificado, uniformizado e com equipamento de proteção individual (EPI's) adequado, ficando por conta da Contratada o fornecimento, antes do início da execução dos serviços, de tais Equipamentos.

3.2.9. Os serviços serão executados de segunda à sexta-feira durante o horário de expediente (07:30 às 13:30 horário local) exceto feriados, e que seja informado a data e horário com antecedência da execução dos serviços. Os serviços sejam realizados fora dos horários mencionados, pedimos que seja solicitado previamente ao setor competente da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania.

3.2.10. Os empregados devem ser habilitados e com conhecimento dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

3.2.11. Todas as despesas para execução dos serviços, inclusive deslocamentos, materiais e produtos necessários, serão de responsabilidade da CONTRATADA.

### 3.3. DA VISITA TÉCNICA:

3.3.1. As empresas interessadas em participar do certame licitatório PODERÃO realizar visita técnica na Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania e suas Unidades.

3.3.2. É recomendável a realização da visita técnica que tem por finalidade conhecer as estruturas para determinar as grandezas que serão envolvidas para a execução do objeto e, consequentemente, assegurar que o preço ofertado pela licitante seja compatível com as reais necessidades do CONTRATANTE;

3.3.3. A visita deverá ser realizada, de segunda à sexta-feira no horário das 08:00 às 13:00 horas (horário local) exceto feriados, até o último dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública, mediante prévio agendamento junto, diretamente na Sede, situado na Av. Getúlio Vargas, nº 8120, Bairro São Vicente, Boa Vista/RR;

3.3.4. A visita deverá ser realizada por profissional qualificado, devidamente identificado e habilitado da interessada e será acompanhada por representante da Contratante.

3.3.5. Que os licitantes não poderão alegar o desconhecimento das condições e grau de dificuldades existentes como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas em decorrência do Termo de Referência.

3.3.6. O não exercício deste direito por parte da empresa interessada, por qualquer motivo, não permitirá a mesma, no futuro, a alegar qualquer desconhecimento que implique no descumprimento de qualquer cláusula do contrato.

3.3.7. O fato de a empresa deixar de realizar a vistoria ora prevista não impedirá sua participação em qualquer fase do certame.

### 3.4. DO CICLO DE VIDA DO OBJETO:

3.4.1. Não há que se falar sobre o ciclo de vida do objeto, tendo em vista a demanda deste Termo discorre sobre a prestação de serviço, em específico a eventual contratação de empresa especializada na prestação de

serviços de sanitização, dedetização, desratização, desinsetização, descupinização e assemelhados e limpeza, esgotamento, desobstrução de fossa séptica e caixas de gordura para atender as necessidades dos prédios da SEJUC da capital e do interior. Considerando o disposto na LEI nº 12.305 de 2010, onde em seu art. 3º inciso IV, trata do ciclo de vida do produto, não concernindo prestações de serviço em seu intento.

3.5. DA SUSTENTABILIDADE

3.5.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis - 6ª Edição de Set/2023 que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental:

3.5.1.1. A empresa especializada somente pode funcionar depois de devidamente licenciada junto à autoridade sanitária e ambiental competente.

3.5.1.1.1. A empresa instalada em cidade que não possua autoridade sanitária e ambiental competente municipal está obrigada a solicitar licença junto à autoridade sanitária e ambiental competente regional, estadual ou distrital a que o município pertença.

3.5.2. Os SANEANTES DOMISSANITÁRIOS/DESINFESTANTES a serem utilizados na execução dos serviços deverão estar previamente registrados na ANVISA, conforme Lei federal nº 6.360, de 1976, Decreto nº 8.077, de 2013, e RDC ANVISA Nº 622, DE 9 DE MARÇO DE 2022. (lotes II e IV)

3.5.3. A CONTRATADA deverá responsabilizar-se pelo recolhimento e destinação adequada dos resíduos decorrentes da contratação, inclusive embalagens de produtos, recipientes de materiais de limpeza, óleos, graxas, resíduos de fiação elétrica, peças, dentre outros resíduos gerados na prestação do serviço, conforme determina a Lei 12.305/2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos, sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, comprometendo-se a declarar ou comprovar os procedimentos adotados para a adequada gestão desses resíduos. A falta do recolhimento poderá implicar em penalidade para a empresa, nos termos da lei.

3.5.4. A CONTRATADA deverá observar, no que couber, a Lei nº 12.187/2009 (Política Nacional sobre Mudança do Clima), Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), na execução dos serviços.

3.6. CONSÓRCIO:

3.6.1. Não será permitida a participação de empresas em regime de consórcio, pelas seguintes razões;

3.6.2. O art. 15 da Lei 14.133/2021 prevê a possibilidade de participação em certames públicos de empresas reunidas em consórcios, salvo vedação devidamente justificada, considerando como discricionária a permissão de participação de empresas em consórcio, diversos autores, o E. STJ e entendimento do Tribunal de Contas da União, indicam que a participação de consórcios somente seria obrigatória nas licitações em que a vultuosidade, a heterogeneidade e a inviabilidade de parcelamento material do objeto licitado tornem o universo de possíveis licitantes demasiadamente restrito, logo, depreende-se não ser o caso da licitação em tela.

3.7. SUBCONTRATAÇÃO:

3.7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

3.8. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO:

3.8.1. Não haverá exigência da garantia da contratação.

4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1. O Início da execução do serviço se dará em até 15 (quinze) dias após o recebimento da ordem de serviço emitida pela contratante;

4.2. Os serviços serão prestados nos seguintes endereços:

LEVANTAMENTO DE ÁREAS UNIDADES PRISIONAIS CAPITAL					
ORD.	INSTALAÇÕES	ENDEREÇO	ÁREA CONSTRUÍDA	ÁREA TOTAL DO TERRENO C/ ÁREA CONSTRUÍDA	FOSSAS SÉPTICAS
1	Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania - SEJUC	Av. Getúlio Vargas, nº 8120, Bairro São Vicente, Boa Vista – RR	1.230 m²	6.000 m²	Esgoto
2	Cadeia Masculina Pública de Boa Vista – CPMBV	Av. Getúlio Vargas, nº 8120, Bairro São Vicente, Boa Vista – RR	4.261,97m²	5.902,05m²	Esgoto
3	Cadeia Pública Feminina de Boa Vista – CPFVBV	Rua Amâncio de Lucena, nº 950, Asa Branca, Boa Vista – RR	3.421,07m²	10.812,97m²	Esgoto
4	Penitenciária Agrícola do Monte Cristo – PAMC	BR-174, KM-12, Monte Cristo, Boa Vista – RR	4.462,14m²	78.786,05m²	155 m³
5	Centro de Progressão Penitenciária – CPP	Av. Benjamin Constant, s/n - São Vicente, Boa Vista – RR	3.600 m²	5.359,73 m²	Esgoto
6	Cadeia Pública do Monte Cristo – CPMC (em construção)	BR-174, KM-12, Monte Cristo, Boa Vista – RR	6.982,05 m²	15.780,85 m²	50 m³
7	Presidio Especial	BR-174, KM-12, Monte Cristo, Boa Vista – RR	2.051,53 m²	9.920 m²	70 m³
8	Projeto Renascer	Rua Dr. Paulo Coelho Pereira, nº 538, Bairro São Vicente, Boa Vista – RR	3.140 m²	17.444 m²	Esgoto
9	GIT/GET/CANIL/DICAP	BR-174, KM-12, Monte Cristo, Boa Vista – RR	369 m²	3.900 m²	45 m³

LEVANTAMENTO DE ÁREAS UNIDADES PRISIONAIS INTERIOR					
ORD.	INSTALAÇÕES	ENDEREÇO	ÁREA CONSTRUÍDA	ÁREA TOTAL DO TERRENO C/ ÁREA CONSTRUÍDA	FOSSAS SÉPTICAS
1	Unidade de Rorainópolis (UPRRO)	BR-174, Rorainópolis - RR, 69373-000	9.850 m²	31.375m²	80 m³

4.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário 07:30 às 13:30 (horário local) exceto feriados, e que seja informado a data e horário com antecedência da execução dos serviços. Caso os serviços sejam realizados fora dos horários mencionados, pedimos que seja solicitado previamente ao setor competente da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, acompanhado pelo servidor responsável pela fiscalização do contrato.

4.4. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

4.4.1. Os custos de deslocamento, estadia e alimentação (se for o caso) devem estar incluídos no preço dos serviços prestados nas Unidades do interior.

4.5. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

4.6. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

5. 1 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1.1. Prestar os serviços contratados com características exigidas no contrato e de acordo com a legislação vigente pertinente, sendo vedadas soluções alternativas para execução do objeto, ressalvadas as hipóteses de expressa anuência por parte da Administração;

5.1.2. Utilizar pessoal qualificado - de boa conduta e formação/conhecimento adequados - em número suficiente à execução dos serviços;

5.1.3. Cumprir o cronograma dos serviços programados na sua íntegra, não deixando serviços incompletos e/ou mal-acabados;

5.1.4. Em casos emergenciais, proliferações repentinas, bem como corrigir falhas que tenham ocorrido proveniente do serviço realizado de desentupimento, desobstrução e limpeza de fossa séptica e limpeza de caixa de gordura e esgoto, a Contratada deverá atender em até 48 (quarenta e oito) horas após a notificação por meio de e-mail e ou telefone, feito pela Fiscalização do Contrato;

5.1.5. Refazer o serviço de controle de pragas e vetores, desentupimento, desobstrução e limpeza de fossa séptica e caixas e gordura e esgoto nas áreas em que for verificada a ineficácia dos serviços prestados, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, contados do recebimento da notificação enviada pela Fiscalização, por meio de e-mail, sem ônus extra para o CONTRATANTE;

5.1.6. Apresentar os empregados aplicadores devidamente identificados mediante uso permanente de crachás, com fotografia recente e nome visível munidos dos respectivos EPI's;

5.1.8. Após os procedimentos necessários à execução dos serviços, a CONTRATADA deverá deixar cada setor/objeto envolvido em perfeito estado/functionamento, responsabilizando-se pela solução dos problemas que por ventura surgirem face aos procedimentos utilizados;

5.1.9. Efetuar o recolhimento das embalagens vazias e respectivas tampas dos produtos aplicados, para fins de destinação final ambientalmente adequada, a cargo das empresas titulares do registro, produtoras e comercializadoras, ou de posto de recebimento ou centro de recolhimento licenciado e credenciado, observadas as instruções constantes dos rótulos e das bulas, conforme artigo 33, inciso I, da Lei nº 12.305, de 2010, artigo 53 do Decreto nº 4.074, de 2002, e legislação correlata;

5.1.10. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, desde que a despesa não esteja liquidada;

5.1.11. Executar o objeto em conformidade com as legislações e normas pertinentes e vigentes, bem assim dentro das especificações e/ou condições constantes da Proposta Vencedora, do Edital e seus Anexos;

- 5.1.12. Executar diretamente o objeto, sem transferência de responsabilidades ou subcontratações não autorizadas pelo CONTRATANTE;
- 5.1.13. Assinar o instrumento contratual no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação formal da Administração convocando para esse fim;
- 5.1.14. Selecionar e preparar os empregados que irão executar os serviços para o CONTRATANTE, com treinamentos, mantendo suas funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho;
- 5.1.15. Comparecer, sempre que convocada, às visitas e/ou reuniões solicitadas pelo CONTRATANTE, assumindo ônus por sua ausência;
- 5.1.16. Assumir todas as responsabilidades na ocorrência de acidentes de trabalho, quando forem vítimas os seus empregados ou por eles causados a terceiros no desempenho de suas atividades e nos horários de fornecimento, em conformidade com a legislação trabalhista específica, garantindo a devida e imediata assistência;
- 5.1.17. Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas internas disciplinares e de segurança do CONTRATANTE;
- 5.1.18. Responsabilizar-se integralmente pelo objeto contratado, nas quantidades e padrões estabelecidos, vindo a responder pelos danos causados diretamente a Secretária de Estado da Justiça e Cidadania ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, nos termos da legislação vigente, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo órgão interessado, conforme determina o art 120 da Lei 14133/21;
- 5.1.19. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto deste Termo de Referência, conforme art. 50 da Lei 14.133/21;
- 5.1.20. Comunicar a Secretária de Estado da Justiça e Cidadania, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos necessários;
- 5.1.21. Não empregar menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como a não empregar menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
- 5.1.22. Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação, conforme abrange a Lei 14133/21;
- 5.1.23. Na hipótese do inadimplemento do subitem anterior, a Contratada será notificada, no prazo definido pela Secretária de Estado da Justiça e Cidadania, para regularizar a situação, sob pena de rescisão do Contrato e execução da garantia contratual, para ressarcimento da Administração e dos valores das multas e indenizações a ela devidos (art. 155 da Lei n.º 14.133), além das penalidades previstas no Edital, no Termo de Referência, no Instrumento do Contrato e na Lei;
- 5.1.24. Manter sempre atualizados os seus dados cadastrais, alteração da constituição social ou do estatuto, conforme o caso, principalmente em caso de modificação de telefone, endereço eletrônico ou endereço físico, sob pena de infração contratual;
- 5.1.25. A CONTRATADA deverá dar, além do prazo de garantia da desinsetização de pragas, insetos e da desratização durante as aplicações, um prazo final de garantia de **90 (noventa) dias** após a última aplicação;
- 5.1.25.1. A CONTRATADA deverá aplicar dentro do período de garantia tantas corretivas forem necessárias para corrigir as possíveis aparições de insetos e outras pragas. As chamadas para o pronto atendimento de correção (aplicação corretiva) ou de reforço não implicarão em qualquer ônus adicional.
- 5.1.26. Para os serviços de limpeza de fossa, desobstrução de caixa de passagem e de gordura e desobstrução e limpeza de rede de esgoto e sumidouros, A CONTRATADA Dar garantia dos serviços prestados, utilizar produtos com registro no Ministério da Saúde e atender as exigências e normas, inclusive de segurança e ambientais, quando instituídas pelas Agências e Órgãos Oficiais reguladores e/ou fiscalizadores, após cada serviço realizado, por localidade.
- 5.1.26.1. A CONTRATADA deverá realizar quantos serviços forem necessários, dentro do prazo de garantia do serviço, respondendo a **Contratada**, exclusivamente, pelo ônus e pelos custos dessa nova intervenção, não sendo a ela devidos qualquer indenização ou pagamento por esse serviço.
- 5.1.27. Cumprir com as demais obrigações constantes no Edital, neste Termo de Referência e outras previstas no Contrato.

## 5.2. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 5.2.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 5.2.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 5.2.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 5.2.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 5.2.5. Comunicar o Contratado para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontestada da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei n.º 14.133, de 2021;
- 5.2.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos neste Termo de Referência;
- 5.2.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Contrato;
- 5.2.8. Cientificar a Procuradoria Geral do Estado - PGE para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 5.2.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 5.2.9.1. A Administração terá o prazo de até 1 (um) mês para decidir, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período;
- 5.2.10. Responder a eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado, no prazo máximo de 1 (um) mês, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período;
- 5.2.11. Notificar os emitentes das garantias de execução, nos termos do §4º, art. 137, da Lei n.º 14.133, de 2021, quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;
- 5.2.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados

## 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n.º 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.
- 6.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 6.6.1. O fiscal técnico do contrato anotarà no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 6.6.2. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.6.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.6.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 6.6.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.
- 6.6.6. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.
- 6.7. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 6.7.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;
- 6.8. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 6.8.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotarà os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 6.8.2. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 6.8.3. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei n.º 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

**6.9.** O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

**6.10.** O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

**6.11.** O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

**6.12.** A Contratante exigirá o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

**6.13.** Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

**6.13.1.** exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário.

**6.13.2.** direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas.

**6.13.3.** promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado.

**6.13.4.** considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

**6.14.** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento

**6.15.** Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

**6.16.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

#### **6.17.1. DA CONFIRMAÇÃO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO:**

**6.17.1.1.** A atestação de conformidade da realização do serviço caberá ao Fiscal designado pelo Órgão para esse fim.

**6.17.1.2.** Em caso de infrações contratuais, a empresa contratada será notificada por escrito e convocada a pronunciar-se sobre o problema, assumindo o compromisso de saná-lo no prazo definido pela Administração, no caso da verificação de sua responsabilidade no ato.

**6.17.1.3.** As notas fiscais somente serão pagas após o aceite/atesto no corpo do documento pelo Fiscal de Contrato, sendo então liberadas para liquidação e posterior pagamento.

### **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO E REAJUSTE:**

#### **7.1. LIQUIDAÇÃO:**

**7.1.1.** Recebida a Nota Fiscal, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

**7.1.1.1.** O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

**7.1.2.** Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar;
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**7.1.3.** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

**7.1.4.** A nota fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

**7.1.5.** A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

**7.1.6.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

**7.1.7.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**7.1.8.** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

**7.1.9.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **7.2. PAGAMENTO:**

**7.2.1.** O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

**7.2.2.** No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo de correção monetária.

**7.2.3.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

**7.2.4.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**7.2.5.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**7.2.5.1.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**7.2.6.** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**7.2.7.** A Contratante não pagará, sem que tenha autorização prévia e formal, qualquer compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras.

#### **7.3. ANTECIPAÇÃO DE PAGAMENTO:**

**7.3.1.** A presente contratação não permite a antecipação de pagamento parcial ou total, conforme as regras relativas a parcelas contratuais vinculadas ao fornecimento de bens, à execução de obras ou à prestação de serviços.

#### **7.4. REAJUSTE:**

**7.4.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado a partir da data de assinatura do mapa de cotação (15249980).

**7.4.2.** Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**7.4.3.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**7.4.4.** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

**7.4.5.** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

**7.4.6.** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

**7.4.7.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**7.4.8.** O reajuste será realizado por apostilamento.

### **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:**

#### **8.1. CRITÉRIO DE JULGAMENTO**



- 8.1.1. . A licitação será dividida em lotes, conforme Anexo I deste Termo de Referência
- 8.1.2. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.
- 8.1.3 DO REGISTRO DE PREÇOS:
- Para a aquisição/contratação pretendida será adotado o Sistema de Registro de Preços tendo em vista o objeto requerido que atende à(s) hipótese(s) previstas na **Lei nº 14.133/2021** e **Decreto Federal nº 11.462/23**:
- Art. 3. O SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial:
- I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;**
- II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;**
- III - quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;**
- IV - quando for atender a execução descentralizada de programa ou projeto federal, por meio de compra nacional ou da adesão de que trata o § 2º do art. 32; ou**
- V - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.**

8.2. HABILITAÇÃO:

- 8.2.1. Para fins de **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:
- 8.2.1.1. Certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, a menos de 60 (sessenta) dias da data prevista para a abertura do certame, exceto quando dela constar prazo de validade. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, inciso II).
- 8.2.1.1.1. No caso de empresa em recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.
- 8.2.1.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69).
- 8.2.1.2.1. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício, no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º).
- 8.2.1.2.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
- 8.2.1.2.3. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), iguais ou superiores a 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$
$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$
$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

- 8.2.1.2.3.1. As empresas que apresentarem resultado inferior a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, o capital mínimo OU o patrimônio líquido mínimo de 5% (cinco por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta de preços.
- 8.2.2. Os critérios de **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA** a serem atendidos pelo licitante serão os seguintes: (conforme ERRATA, ep.16052476)
- 8.2.2.1. Apresentar ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a aptidão do licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos estabelecidos. **(documento exigido para todos os lotes)**
- 8.2.2.1.1. Entende-se por compatibilidade o fornecimento de no mínimo 10% (dez por cento), em relação ao valor estimado do lote.
- 8.2.2.1.2. Para atendimento do quantitativo exigido no subitem anterior, será permitido o somatório de atestados de capacidade técnica.
- 8.2.2.1.3. O(s) Atestado(s) deverá(ão) comprovar a aptidão para o desempenho de atividades pertinentes e compatíveis em características, prazos e quantidades com o objeto da licitação acompanhado de certidão de acervo técnico (CAT) emitida pelo Conselho competente, em nome de profissionais, legalmente habilitados, indicados como responsáveis técnicos e como responsáveis pela execução/condução dos serviços, onde fique comprovada a sua responsabilidade técnica, e aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da contratação; **(documento exigido para os lotes II e IV)**
- 8.2.2.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- 8.2.2.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
- 8.2.2.4. Alvará de funcionamento, dentro do seu prazo de validade, conforme o decreto nº 8.077/2013, que regulamenta as condições para o funcionamento de empresas sujeitas ao licenciamento sanitário, e o registro, controle e monitoramento, no âmbito da vigilância sanitária, dos produtos de que trata a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, e dá outras providências. **(documento exigido para todos os lotes)**
- 8.2.2.5. Licença sanitária, fornecida pelo órgão competente de Vigilância Sanitária do Estado ou Município onde estiver instalado, para exercer as atividades, Resolução de Diretoria Colegiada RDC nº 622, de 9 de março de 2022. **(documento exigido para os lotes II e IV)**
- 8.2.2.6. Para os lotes I e III, registro do responsável técnico da licitante junto ao Conselho Profissional.
- 8.2.2.6.1. Para os lotes II e IV, registro do responsável técnico da licitante junto ao Conselho Profissional, conforme art. 7º, §2 da Resolução Anvisa – RDC nº 622, de 9 de março de 2022, sendo portanto, aceitos os seguintes registros: CRBIO – Conselho Regional de Biologia; ou CREA – Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia; ou CRQ-Conselho Regional de Química.
- 8.2.2.6.2. A comprovação do vínculo do Responsável Técnico deverá ser feita por meio de cópias autenticadas das Carteiras de Trabalho ou fichas de Registro de Empregado que comprove a condição de que pertence ao quadro da CONTRATADA, ou contrato social que demonstre a condição de sócio do profissional ou ainda por meio de contrato de prestação de serviços, sem vínculo trabalhista e regido pela legislação civil comum.
- 8.2.2.7. Para os lotes II e IV, a licitante deverá apresentar certificado de registro de funcionamento, emitido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, vinculada ao Ministério da Saúde;
- 8.2.2.8. Para os lotes II e IV, a licitante deverá apresentar AVCB – Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros ou documento equivalente em validade;
- 8.2.2.9. Para os lotes II e IV, a empresa deverá apresentar documento de licenciamento de natureza ambiental conforme Legislação Vigente relativo ao domicílio sede do licitante.
- 8.2.2.10. Para os lotes II e IV, A licitante deverá apresentar relação dos produtos que serão utilizados na execução dos serviços, juntamente com as Fichas de Informações de Segurança de Produto Químico – FISPQ, devidamente atualizados, registro na ANVISA e registro do fabricante junto ao IBAMA.
- 8.2.2.11. Apresentar Licença de Operação de Transporte conforme à Resolução ANTT nº. 5.232/16, de 14/12/2016 que aprova as Instruções Complementares ao Regulamento do Transporte Terrestre de Produtos Perigosos. **(documento exigido para os lotes I e III)**
- 8.2.2.12. Licença Ambiental de Operação vigente expedida pelo órgão ambiental competente, conforme resolução Conama nº 237/97 - Dispõe sobre os procedimentos e critérios utilizados no licenciamento ambiental e no exercício da competência, bem como as atividades e empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental e Decreto Estadual nº 27377-E de 08 de agosto de 2019 **(documento exigido para os lotes I e III)**
- 8.2.2.13. Apresentar licença do IBAMA, conforme Instrução Normativa 13, de 23 de agosto de 2021 (Cadastro Técnico Federal do IBAMA). **(documento exigido para os lotes I e III)**
- 8.2.2.14. Para os lotes I e III, comprovação de que possui autorização expedida por autoridade ambiental competente para o destino dos resíduos oriundos dos serviços.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 9.1. O custo estimado total da contratação é de **RS 6.254.876,28 (seis milhões, duzentos e cinquenta e quatro mil oitocentos e setenta e seis reais e vinte e oito centavos)**, conforme Planilha de Preço Médio ep. (15249980).
- 9.2. Este valor já inclui todas as despesas do serviço a ser executado com insumos, ferramentas, pessoal, deslocamentos para as cidades e do interior listadas no subitem 4.2 e outros necessários a sua completa execução;

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 10.1. **Unidade Orçamentária:** 26101 - Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania.
- 10.2. **Programa de Trabalho:** 26101.14.421.036.2123 - Manutenção do Sistema Prisional.
- 10.3. **Elementos de Despesa:** 33.90.39.
- 10.4. **Fonte/C.O:** 1.500/0101.
- 10.5. **Tipo de Empenho:** Estimativo.

11 INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As infrações e sanções administrativas aplicáveis a presente contratação serão as previstas em edital e contrato.

Boa Vista/RR, Data da Assinatura Eletrônica.

Elaboração:

(Assinatura Eletrônica)  
**MAXIMIANO MACHADO ALBINO DE SOUZA NETO**  
Serviço de Procedimento Licitatório - SPL  
SEJUC/RR

Revisado por:

(Assinatura Eletrônica)  
**ALYNE COSME DO VALE**  
Diretora do Departamento de Planejamento, Administração e Finanças  
SEJUC/RR

Aprovado por:

(Assinatura Eletrônica)  
**HÉRCULES DA SILVA PEREIRA**  
Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania  
SEJUC/RR

ANEXO I - DO TERMO DE REFERÊNCIA

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	CATSER	QTD	QTD. ESTIMADA DE SERVIÇO EXECUTADA ANUAL	TOTAL (QTD)	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL UNITÁRIO	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL TOTAL
LOTE I								
01	SERVIÇO DE LIMPEZA DE FOSSA SÉPTICA. (Deverão ser executados através de hidrojateamento a alta pressão com regulagem combinado com sistema de sucção a alto vácuo, na Cidade de Boa Vista - RR) unidade de fornecimento: Metro Cúbico	UNID.	16527	320	12	3.840	R\$ 204,90	R\$786.816,00
02	SERVIÇOS DE LIMPEZA E DESOBSTRUÇÃO DE CAIXA DE PASSAGEM E DE GORDURA (Deverão ser executados os serviços de desentupimento, limpeza, raspagem e sucção de resíduos, inclusive fazendo detetização em toda a caixa de gordura e passagem). unidade de fornecimento: Unidade	UNID.	16527	50	12	600	R\$ 581,98	R\$ 349.188,00
03	SERVIÇOS DE LIMPEZA E DESOBSTRUÇÃO E LIMPEZA DE REDE DE ESGOTO E SUMIDOUROS (Deverão ser executados os serviços com hidrojateamento). unidade de fornecimento: Unidade	UNID.	16527	20	12	240	R\$ 535,66	R\$ 128.558,40
TOTAL DO LOTE I								R\$ 1.264.562,40
LOTE II								
04	CONTROLE SANITÁRIO INTEGRADO NO COMBATE A PRAGAS NAS ÁREAS INTERNAS E EXTERNA DO LOCAL. (Deverá ser executados os serviços de detetização, desinsetização, desratização, descupinização e assemelhados), com fornecimento de mão-de-obra e dos produtos adequados, na Cidade de Boa Vista - RR unidade de fornecimento: Metro Quadrado	UNID.	3417	153.906	4	615.624	R\$ 4,33	R\$ 2.665.651,92

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	CATSER	QTD	QTD. ESTIMADA DE SERVIÇO EXECUTADA ANUAL	TOTAL (QTD)	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL UNITÁRIO	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL TOTAL
05	<b>CONTROLE SANITÁRIO ANTI-FUNGOS, MOFOS E BOLORES.</b> (Deverá ser executado o serviço de higienização, limpeza e tratamento antifúngico e mofos), com fornecimento de mão-de-obra e dos produtos adequados, na Cidade de <b>Boa Vista - RR</b> unidade de fornecimento: Metro Quadrado	UNID.	-	29.518	4	118.072	R\$ 4,33	R\$ 511.251,76
<b>TOTAL DO LOTE II</b>								<b>RS 3.176.903,68</b>
<b>LOTE III</b>								
06	<b>SERVIÇO DE LIMPEZA DE FOSSA SÉPTICA.</b> (Deverão ser executados através de hidrojateamento a alta pressão com regulagem combinado com sistema de sucção a alto vácuo, na cidade de <b>Rorainópolis - RR</b> ) unidade de fornecimento: Metro Cúbico	UNID.	16527	80	12	960	R\$ 651,63	R\$ 625.564,80
07	<b>SERVIÇOS DE LIMPEZA E DESOBSTRUÇÃO DE CAIXA DE PASSAGEM E DE GORDURA</b> (Deverão ser executados os serviços de desentupimento, limpeza, raspagem e sucção de resíduos, inclusive fazendo dedetização em toda a caixa de gordura e passagem). unidade de fornecimento: Unidade	UNID.	16527	15	12	180	R\$ 684,56	R\$ 123.220,80
08	<b>SERVIÇOS DE LIMPEZA E DESOBSTRUÇÃO E LIMPEZA DE REDE DE ESGOTO E SUMIDOUROS</b> (Deverão ser executados os serviços com hidrojateamento). unidade de fornecimento: Unidade	UNID.	16527	5	12	60	R\$ 633,06	R\$ 37.983,60
<b>TOTAL DO LOTE III</b>								<b>RS 786.769,20</b>
<b>LOTE IV</b>								
09	<b>CONTROLE SANITÁRIO INTEGRADO NO COMBATE A PRAGA NAS ÁREAS INTERNAS E EXTERNA DO LOCAL.</b> (Deverá ser executados os serviços dedetização, desinsetização, desratização, descupinização e assemelhados), com fornecimento de mão-de-obra e dos produtos adequados, na cidade de <b>Rorainópolis - RR</b> unidade de fornecimento: Metro Quadrado	UNID.	3417	31.375	4	125.500	R\$ 6,19	R\$ 776.845,00
10	<b>CONTROLE SANITÁRIO ANTI-FUNGOS, MOFOS E BOLORES.</b> (Deverá ser executado o serviço de higienização, limpeza e tratamento antifúngico e mofos), com fornecimento de mão-de-obra e dos produtos adequados, na cidade de <b>Rorainópolis - RR</b> unidade de fornecimento: Metro Quadrado	UNID.	-	9.850	4	39.400	R\$ 6,34	R\$ 249.796,00
<b>TOTAL DO LOTE IV</b>								<b>RS 1.026.641,00</b>
<b>TOTAL</b>								<b>RS 6.254.876,28</b>

ANEXO II - DO TERMO DE REFERÊNCIA

MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO NºXX/2024

Eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de sanitização, dedetização, desratização, desinsetização, descupinização e assemelhados e limpeza, esgotamento, desobstrução de fossa séptica e caixas de gordura para atender as necessidades dos prédios da SEJUC da capital e do interior

Declaramos, em atendimento ao previsto no Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2024, que \_\_\_\_\_ (Nome Completo), portador(a) do RG nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, devidamente credenciado(a) pela Empresa \_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_, efetuou vistoria nos locais destinados aos serviços objeto do pregão acima identificado, conforme especificações e condições constantes no termo de referência, edital e seus anexos, com o objetivo de conhecer o local e demais itens porventura necessários para participação na licitação em referência.

O licitante declara que todas as dúvidas foram sanadas, não havendo nenhum comentário e desconhecimento com relação às condições dos locais onde serão executados os serviços.

Boa Vista, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

Assinatura do Responsável da Empresa

Atesto que o profissional acima vistoriou locais destinados aos serviços objeto do pregão acima identificado

Assinatura do Servidor Responsável

MODELO DECLARAÇÃO DE NÃO VISTORIA

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO NºXX/2024

Eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de sanitização, dedetização, desratização, desinsetização, descupinização e assemelhados e limpeza, esgotamento, desobstrução de fossa séptica e caixas de gordura para atender as necessidades dos prédios da SEJUC da capital e do interior

Em atendimento ao previsto no Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2024, eu, \_\_\_\_\_ (nome completo), portador do RGnº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, representante legal da Empresa \_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_, **DECLARO** por não realizar a Vistoria Prévia nos locais destinados aos serviços objeto do pregão acima identificado, e ainda que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, que assume total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com este órgão.

Boa Vista, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

Assinatura do Responsável da Empresa



Documento assinado eletronicamente por **Maxmiano Machado Albino de Souza Neto, Chefe de Seção Técnica**, em 21/11/2024, às 11:17, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.



Documento assinado eletronicamente por **Alyne Cosme do Vale, Diretora do Departamento de Planejamento, Administração e Finanças**, em 25/11/2024, às 12:17, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.



Documento assinado eletronicamente por **Hércules da Silva Pereira, Secretário de Estado da Justiça e Cidadania do Estado de Roraima**, em 25/11/2024, às 12:31, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no endereço <https://sei.rr.gov.br/autenticar> informando o código verificador **15249998** e o código CRC **B25117CF**

ANEXO I-B – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

1. PLANILHA DEMONSTRATIVA DA DEMANDA

Item	Unid.	Quant. Total (Anual )	Valor Máximo Aceitável Unitário (R\$)	Valor Máximo Aceitável Total (R\$)
LOTE - I				
01	Unid.	4.812	204,90	985.978,80
02	Unid.	1.796	581,98	1.045.236,08
03	Unid.	444	535,66	237.833,04
Valor Total do LOTE I .....				R\$ 2.269.047,92
LOTE - II				
04	Unid.	1.063.645	4,33	4.605.582,85

05	Unid.	283.058	4,33	1.225.641,14
Valor Total do LOTE II .....				R\$ 5.831.223,99
LOTE - III				
06	Unid.	1.054	651,63	686.818,02
07	Unid.	199	684,56	136.227,44
08	Unid.	84	633,06	53.177,04
Valor Total do LOTE III .....				R\$ 876.222,50
LOTE - IV				
09	Unid.	196.472	6,19	1.216.161,68
10	Unid.	63.286	6,34	401.233,24
Valor Total do LOTE IV .....				R\$ 1.617.394,92
VALOR TOTAL DOS LOTES				R\$ 10.593.889,33

1.1. A descrição do(s) item(ns) está(ão) disposta(s) no MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS – ANEXO II deste edital.

1.2. O quantitativo de cada Órgão Participante deste Registro de Preços se encontra no subitem 1.3 da minuta de Ata de Registro de Preços (ANEXO III) deste edital.

## 2. VALOR GLOBAL MÁXIMO ACEITÁVEL PELA ADMINISTRAÇÃO

R\$ 10.593.889,33 (Dez milhões, quinhentos e noventa e três mil oitocentos e oitenta e nove reais e trinta e três centavos).

## 3. DAS QUANTIDADES DE CADA SECRETARIA PARTICIPANTE:

Órgãos Participantes	ITEM	UND.	QTD.	QTD. ESTIMADA DE SERVIÇO EXECUTADA ANUAL	TOTAL (QTD)	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL UNITÁRIO (RS)	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL TOTAL (RS)
SEJUC	LOTE I						
	01	Und.	320 m³	12	3.840 m³	204,90	786.816,00
	02	Und.	50	12	600	581,98	349.188,00
	03	Und.	20	12	240	535,66	128.558,40
	LOTE II						
	04	Und.	153.906 m²	4	615.624 m²	4,33	2.665.651,92
	05	Und.	29.518 m²	4	118.072 m²	4,33	511.251,76
	LOTE III						
	06	Und.	80 m³	12	960 m³	651,63	625.564,80
	07	Und.	15	12	180	684,56	123.220,80
	08	Und.	5	12	60	633,06	37.983,60
	LOTE IV						
	09	Und.	31.375 m²	4	125.500 m²	6,19	776.845,00
	10	Und.	9.850 m²	4	39.400 m²	6,34	249.796,00
VALOR TOTAL RS							6.254.876,28

SETRABES	LOTE I						
	01	Und.	260 m³	2	520m³	204,90	106.548,00
	02	Und.	300	3	900	581,98	523.782,00
	03	Und.	51	2	102	535,66	54.637,32
	VALOR TOTAL RS						684.967,32

CASA MILITAR	LOTE I						
	01	Und.	18 m³	2	36 m³	204,90	7.376,40
	LOTE II						
	04	Und.	860 m²	4	3.440 m²	4,33	14.895,20
	VALOR TOTAL RS						22.271,60

SEPI	LOTE II						
	04	Und.	1.024 m²	4	4.096 m²	4,33	17.735,68
	05	Und.	1.024 m²	4	4.096 m²	4,33	17.735,68
	VALOR TOTAL RS						35.471,36

COGER	LOTE I						
	02	Und.	7	2	14	581,98	8.147,72



03	Und	1	2	2	535,66	1.071,32
<b>LOTE II</b>						
04	Und.	2.879 m²	2	5.758 m²	4,33	24.932,14
05	Und.	819 m²	2	1.638 m²	4,33	7.092,54
<b>VALOR TOTAL R\$</b>						<b>41.243,72</b>

<b>CASA CIVIL</b>	<b>LOTE II</b>					
	04	Und.	3.867m²	4	15.468m²	66.976,44
	<b>VALOR TOTAL R\$</b>					<b>66.976,44</b>

<b>SEGAD</b>	<b>LOTE II</b>					
	04	Und.	2.567m²	2	5.134 m²	22.230,22
	04	Und.	5.204m²	3	15.612 m²	67.599,96
	04	Und.	3.020m²	3	9.060 m²	39.229,80
	04	Und.	582m²	3	1.746 m²	7.560,18
	04	Und.	18.750m²	2	37.500 m²	162.375,00
	04	Und.	3.686m²	3	11.058 m²	47.881,14
	<b>VALOR TOTAL R\$</b>					<b>346.876,30</b>

<b>SEINF</b>	<b>LOTE I</b>					
	01	Und.	110 m³	2	220 m³	45.078,00
	02	Und.	20	2	40	23.279,20
	03	Und.	20	2	40	21.426,40
	<b>LOTE II</b>					
	04	Und.	3.307 m²	4	13.228 m²	57.277,24
	05	Und.	2.403 m²	4	9.612 m²	41.619,96
	<b>VALOR TOTAL R\$</b>					<b>188.680,80</b>

<b>PGE</b>	<b>LOTE I</b>					
	02	Und.	4	12	48	27.935,04
	<b>LOTE II</b>					
	04	Und.	2.205 m²	4	8.820 m²	38.190,60
<b>VALOR TOTAL R\$</b>						<b>66.125,64</b>

<b>SEFAZ</b>	<b>LOTE I</b>					
	02	Und.	3	2	6	3.491,88
	03	Und.	2	2	4	2.142,64
	<b>LOTE II</b>					
	04	Und.	3.991 m²	3	11.973 m²	51.843,09

<b>LOTE III</b>						
06	Und.	54 m³	1	54 m³	651,63	35.188,02
07	Und.	8	1	8	684,56	5.476,48
<b>LOTE IV</b>						
09	Und.	2.053 m²	2	4.106 m²	6,19	25.416,14
<b>VALOR TOTAL R\$</b>						<b>123.558,25</b>

ITERAIMA	<b>LOTE I</b>					
	02	Und.	10	12	120	581,98
	03	Und.	02	12	24	535,66
	<b>LOTE II</b>					
	04	Und.	2.429 m²	4	9.716 m²	4,33
	05	Und.	55 m²	4	220 m²	4,33
	<b>LOTE III</b>					
	06	Und.	2 m³	2	4 m³	651,63
	07	Und.	2	2	4	684,56
	<b>LOTE IV</b>					
	09	Und.	152 m²	2	304 m²	6,19
	10	Und.	14 m²	2	28 m²	6,34
	<b>VALOR TOTAL R\$</b>					<b>133.120,36</b>

SELC	<b>LOTE II</b>					
	04	Und.	1.413 m²	4	5.652 m²	4,33
	05	Und.	726 m²	4	2.904 m²	4,33
	<b>VALOR TOTAL R\$</b>					<b>RS 37.047,48</b>

IPER	<b>LOTE II</b>					
	04	Und.	1.100 m²	4	4.400 m²	4,33
	05	Und.	400 m²	4	1.600 m²	4,33
	<b>VALOR TOTAL R\$</b>					<b>RS 25.980,00</b>

FAPERR	<b>LOTE II</b>					
	04	Und.	455 m²	6	2.730 m²	4,33
	05	Und.	455 m²	6	2.730 m²	4,33
	<b>VALOR TOTAL R\$</b>					<b>RS 23.641,80</b>

SEPLAN	<b>LOTE I</b>					
--------	---------------	--	--	--	--	--

02	Und.	11	2	22	581,98	12.803,56
<b>LOTE II</b>						
04	Und.	1.880 m²	2	3.760 m²	4,33	16.280,80
05	Und.	1.880 m²	2	3.760 m²	4,33	16.280,80
<b>VALOR TOTAL R\$</b>						<b>45.365,16</b>

CBM/RR	LOTE I						
	01	Und.	180 m³	1	180 m³	204,90	36.882,00
	02	Und.	15	2	30	581,98	17.459,40
	03	Und.	8	1	8	535,66	4.285,28
	LOTE II						
	04	Und.	33.533 m²	2	67.066 m²	4,33	290.395,78
	05	Und.	33.533 m²	2	67.066 m²	4,33	290.395,78
	LOTE III						
	06	Und.	30 m³	1	30 m³	651,63	19.548,90
	07	Und.	1	1	1	684,56	684,56
	LOTE IV						
	09	Und.	7.273 m²	2	14.546 m²	6,19	90.039,74
	10	Und.	7.273 m²	2	14.546 m²	6,34	92.221,64
	VALOR TOTAL R\$						841.913,08

UERR	LOTE I						
	01	Und.	4 m³	4	16 m³	204,90	3.278,40
	02	Und.	4	4	16	581,98	9.311,68
	03	Und.	8	3	24	535,66	12.855,84
	LOTE II						
	04	Und.	48.780 m²	4	195.120 m²	4,33	844.869,60
	05	Und.	16.445 m²	4	65.780 m²	4,33	284.827,40
	LOTE III						
	06	Und.	2 m³	3	6 m³	651,63	3.909,78
	07	Und.	2	3	6	684,56	4.107,36
	08	Und.	8	3	24	633,06	15.193,44
	LOTE IV						
	09	Und.	13.004 m²	4	52.016 m²	6,19	321.979,04
	10	Und.	3.104 m²	3	9.312 m²	6,34	59.038,08
	VALOR TOTAL R\$						1.559.370,62

IPEM	LOTE II						
	04	Und.	4.171 m²	4	16.684 m²	4,33	72.241,72
	05	Und.	1.395 m²	4	5.580 m²	4,33	24.161,40

	VALOR TOTAL R\$	96.403,12
--	-----------------	-----------

**4. DOS LOCAIS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E VISITA TÉCNICA:**

## • SEJUC

Os locais de execução dos serviços para esta UG se dará nos seguintes locais e endereços abaixo.

LEVANTAMENTO DE ÁREAS UNIDADES PRISIONAIS CAPITAL					
ORD.	INSTALAÇÕES	ENDEREÇO	ÁREA CONSTRUÍDA	ÁREA TOTAL DO TERRENO C/ ÁREA CONSTRUÍDA	FOSSAS SÉPTICAS
1	Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania - SEJUC	Av. Getúlio Vargas, nº 8120, Bairro São Vicente, Boa Vista – RR	1.230 m²	6.000 m²	Esgoto
2	Cadeia Masculina Pública de Boa Vista – CPMBV	Av. Getúlio Vargas, nº 8120, Bairro São Vicente, Boa Vista – RR	4.261,97m²	5.902,05m²	Esgoto
3	Cadeia Pública Feminina de Boa Vista – CPFVB	Rua Amâncio de Lucena, nº 950, Asa Branca, Boa Vista – RR	3.421,07m²	10.812,97m²	Esgoto
4	Penitenciária Agrícola do Monte Cristo – PAMC	BR-174, KM-12, Monte Cristo, Boa Vista - RR	4.462,14m²	78.786,05m²	155 m³
5	Centro de Progressão Penitenciária – CPP	Av. Benjamin Constant, s/n - São Vicente, Boa Vista – RR	3.600 m²	5.359,73 m²	Esgoto
6	Cadeia Pública do Monte Cristo – CPMC (em construção)	BR-174, KM-12, Monte Cristo, Boa Vista – RR	6.982,05 m²	15.780,85 m²	50 m³
7	Presídio Especial	BR-174, KM-12, Monte Cristo, Boa Vista – RR	2.051,53 m²	9.920 m²	70 m³
8	Projeto Renascer	Rua Dr. Paulo Coelho Pereira, nº 538, Bairro São Vicente, Boa Vista – RR	3.140 m²	17.444 m²	Esgoto
9	GIT/GET/CANIL/DICAP	BR-174, KM-12, Monte Cristo, Boa Vista – RR	369 m²	3.900 m²	45 m³
LEVANTAMENTO DE ÁREAS UNIDADES PRISIONAIS INTERIOR					
ORD.	INSTALAÇÕES	ENDEREÇO	ÁREA CONSTRUÍDA	ÁREA TOTAL DO TERRENO C/ ÁREA CONSTRUÍDA	FOSSAS SÉPTICAS
1	Unidade de Rorainópolis (UPRRO)	BR-174, Rorainópolis - RR, 69373-000	9.850 m²	31.375m²	80 m³

## • SETRABES

Os locais de execução dos serviços para esta UG se dará nos seguintes locais e endereços abaixo.

ORDEM	DESCRIÇÃO	ENDEREÇO
01	Secretaria de Estado do Trabalho e Bem-Estar Social - (sede)	Avenida Mário Homem de Melo, 2310, bairro: Mecejana, em Boa Vista/RR
02	Abrigo Infantil - (Unidade vinculadas)	Rua Monte Roraima, nº.100 – bairro São Vicente, em Boa Vista/RR.
03	Abrigo de Maria - (Unidade vinculadas)	SIGILOSO - (Justifica-se a não apresentação do endereço do Abrigo de Maria, considerando ser um local para proteção das mulheres em situação de risco)
04	Abrigo Feminino - (Unidade vinculadas)	Rua Bento Brasil, 2937, bairro Calungá, em Boa Vista/RR.
05	Abrigo Masculino - (Unidade vinculadas)	Rua Pavão nº 123 e 231–bairro Mecejana, em Boa Vista/RR
06	Casa de Passagem - (Unidade vinculadas)	Av. Nossa Senhora da Consolata, 2842 – bairro São Vicente, em Boa Vista/RR.
07	Centro Sócioeducativo-CSE - (Unidade vinculadas)	Km 02 - RR 321 vicinal do Bom Intento - zona rural, em Boa Vista/RR
08	Semiliberdade-CSE - (Unidade vinculadas)	Rua Rio Anauá nº 78 – bairro São Vicente, em Boa Vista/RR
09	Rede Cidadania Atenção Especial - (Unidade vinculadas)	Av. São Sebastião, nº.1195 – bairro Santa Teresa, em Boa Vista/RR
10	Rede Cidadania Melhor Idade e Abrigo dos Idosos - (Unidade vinculadas)	Rua Cabo PM Laurence de Melo, nº. 259 – A bairro Caranã, em Boa Vista/RR.
11	Casa dos Conselhos (Prédio Anexo) - (Unidade vinculadas)	Avenida Mário Homem de Melo, bairro Mecejana -2310, em Boa Vista/RR
12	Casa da Mulher Brasileira - (Unidade vinculadas)	Rua Uraricoera, s/nº, b. São Vicente em Boa Vista/RR
13	Casa Lar - (Unidade vinculadas)	R. Lourival Soares da Silva, 100, bairro São Francisco, em Boa Vista/RR
14	Centro Estadual de Equoterapia - (Unidade vinculadas)	BR-174, Parque de Exposições Dandaenzinho, em Boa Vista/RR
15	Centro de Atendimento ao Cidadão - CEAC - (Unidade vinculadas)	Rua Pavão, 206 - bairro Mecejana, em Boa Vista/RR

16	Centro de Atendimento Social - CAS Vila Jardim - (Unidade vinculadas)	Rua James Meireles Sobreiro Junior, nº 33 - bairro: Cidade Satélite, em Boa Vista/RR
17	Centro de Distribuição do Cesta da Família - (Unidade vinculadas)	Av. Mário Homem de Melo, s/n – bairro Caimbé, em Boa Vista/RR
18	Rede Juventude (Antigo Clube do Trabalhador) - (Unidade vinculadas)	Rua JT-10, 125, bairro Jôquei Clube, em Boa Vista/RR
19	Casa de Passagem do 13 de Setembro - (Unidade vinculadas)	Rua Macunaíma, 375, 13 de Setembro, em Boa Vista/RR
20	DSG - (Unidade vinculadas)	Rua Miguel Lupi Martins, 214, bairro São Pedro, em Boa Vista/RR
21	Restaurante Polpular I - (Unidade vinculadas)	Rua Belo Horizonte, 113, Nova Cidade, em Boa Vista/RR
22	Restaurante Polpular II - (Unidade vinculadas)	Av Getúlio Vargas, 6258, Centro, em Boa Vista/RR
23	Restaurante Polpular III - (Unidade vinculadas)	Av das Galáxias, 1356, Cidade Satélite, em Boa Vista/RR
24	Restaurante Polpular IV - (Unidade vinculadas)	Av Nazaré Filgueiras, 940, Dr. Silvio Botelho, em Boa Vista/RR
25	Restaurante Polpular V - (Unidade vinculadas)	Rua Laura Pinheiro Maia, 2530, bairro Senador Hélio Campos, em Boa Vista/RR
26	Restaurante Polpular VI - (Unidade vinculadas)	Lote 0225, Quadra 379, Zona 12, Bairro Jardim Primavera, Boa Vista/RR

**• CASA MILITAR**

O local de execução dos serviços para esta UG se dará no **Hangar do Governo do Estado de Roraima**, sito à Aeroporto Internacional de Boa Vista - CEP: 69.305-340, nesta Cidade de Boa Vista/RR, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, por meio de prévia solicitação/requisição, de acordo com as necessidades da contratante.

**• SEPI**

LEVANTAMENTO DE ÁREAS DA SEDE E DEPARTAMENTOS VINCULADOS					
ORD.	INSTALAÇÕES	ENDEREÇO	ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA		ÁREA TOTAL DO TERRENO C/ ÁREA CONSTRUÍDA
			INTERNA	EXTERNA	
1	Secretaria de Estado dos Povos Indígenas - SEPI	Av. Brigadeiro Eduardo Gomes, s/n, Bairro dos Estados (Parque Anauá)	1.024,00 m <sup>2</sup>	-	1.024,00 m <sup>2</sup>
TOTAL DE ÁREAS DA SEDE E DEPARTAMENTOS VINCULADOS			1.024,00 m <sup>2</sup>	-	1.024,00 m <sup>2</sup>

**• COGER**

O local de execução dos serviços para esta UG se dará na Controladoria Geral do Estado - CGE/RR., sito à Av. Ville Roy, Nº. 4788, Bairro: Aparecida, no Município de Boa Vista-RR, de segunda a sexta-feira, exceto feriados.

**• CASA CIVIL**

O local de entrega/execução dos materiais/serviço para esta UG será:

ORD.	CAPITAL	ENDEREÇO	ÁREA CONSTRUÍDA	TERRENO C/ ÁREA CONSTRUÍDA
1	Casa Civil no Palácio Senador Hélio Campos	Praça do Centro Cívico s/nº - centro.	2.412,80 m <sup>2</sup>	2.842,80 m <sup>2</sup>
2	Ouvidoria Geral do Estado	Av. Ville Roy nº 5504 Centro, CEP: 69301-000.	249,06 m <sup>2</sup>	264,06 m <sup>2</sup>
3	Casa do Cidadão Maria dos Prazeres Correa	Rua: Izidio Galdino nº 2469- Senador Hélio Campos	647,74 m <sup>2</sup>	759,74 m <sup>2</sup>

**• SEGAD**

O local de entrega/execução dos materiais/serviço para esta UG será:

ORD.	INSTALAÇÕES	ENDEREÇO
1	SEDE - SEGAD	Rua Francisco Paulino da Silva ,215 B, Bairro Caçari.
2	Coordenadoria Geral de Logística - CGGL	Rua Miguel Lupi Martins, 84 ,São Pedro
3	Coordenadoria Geral de Transporte e Abastecimento - CGTA	Rua Dr. Paulo Coelho Pereira, 538
4	Departamento de Imprensa Oficial - DIO	Rua Coronel Pinto, 214 , Centro.
5	Clube do Servidor Público	Rua Antônio Pinheiro Galvão, 163, Bairro Buritis
6	Prédio Novo - SEGAD	Rua Major Manoel Corrêa, 762, São Francisco

**• SEINF**

O local de execução dos serviços para esta UG será:

ORD.	DESCRIÇÃO	ENDEREÇO
1	Secretaria Estadual de Infraestrutura de Roraima - SEINF	Avenida Getúlio Vargas, 3941; Bairro: Canarinho; CEP: 69306-700 – Boa Vista/RR



• PGERR

Os serviços serão prestados no seguinte horário 07:30 às 13:30 (horário local) exceto feriados, e que seja informado a data e horário com antecedência da execução dos serviços. Caso os serviços sejam realizados fora dos horários mencionados, pedimos que seja solicitado previamente ao setor competente da Procuradoria-Geral do Estado de Roraima – PGE/RR, acompanhado pelo servidor responsável pela fiscalização do contrato.

LEVANTAMENTO DE ÁREAS DA SEDE E DEPARTAMENTOS VINCULADOS m²				
ORD.	INSTALAÇÕES	ENDEREÇO	ÁREA CONSTRUÍDA	TERRENO C/ ÁREA CONSTRUÍDA
1	Procuradoria-Geral do Estado de Roraima	Av. Ville Roy, 5281 - São Pedro, Boa Vista - RR, cep 69306-665	1530	2205

• SEFAZ

O local de execução dos serviços para esta UG será: na sede da Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ/RR suas unidades no Interior.

- Os serviços serão prestados nos seguintes endereços:

LEVANTAMENTO DE ÁREAS DA SEFAZ/RR - BOA VISTA/RR (CAPITAL)					
ORD.	INSTALAÇÕES	ENDEREÇO	ÁREA CONSTRUÍDA		ÁREA TOTAL DO TERRENO C/ ÁREA CONSTRUÍDA
			INTERNA	EXTERNA	
1	Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ/RR e Agência de Rendas de Boa Vista/RR	Praça do Centro Cívico nº 466 Bairro: Centro - Boa Vista -RR (Sede)	3.708 m²	-	3.708 m²
2	Contencioso Administrativo Fiscal e Corregedoria Fazendária	Av. Getúlio Vargas nº 4905 - Bairro: São Pedro - Boa Vista/RR	283 m²	-	283 m²
TOTAL DE ÁREAS DA SEFAZ (CAPITAL)			3.991 m²	-	3.991 m²
LEVANTAMENTO DE ÁREAS DAS UNIDADES DA SEFAZ (INTERIOR)					
1	Agência de Renda de Rorainópolis	Av. Dr.Iandara, nº 212, Centro - Rorainópolis/RR	780 m²	-	780 m²
2	Posto Fiscal do Jundiá, no município de Rorainópolis	BR - 174 - Vila Jundiá, município de Rorainópolis	1.273 m²	-	1.273 m²
TOTAL DE ÁREAS DAS UNIDADES DA SEFAZ (INTERIOR)			2.053 m²	-	2.053 m²

• ITERAIMA

O local de execução dos serviço para esta UG será:

- Sede do Instituto de Terras e Colonização do Estado de Roraima - ITERAIMA, localizado na Avenida Capitão Júlio Bezerra, nº. 1861, Bairro 31 de março, CEP: 69.305-294, de segunda a sexta-feira, das 07:30h às 13:30h.

- Escritório do Instituto de Terras e Colonização do Estado de Roraima - ITERAIMA, localizado na Rua Pedro Daniel da Silva, S/N, Centro, Praça dos 3 Poderes, Rorainópolis - RR.

• SELC

LEVANTAMENTO DE ÁREA DA SEDE					
ORD.	INSTALAÇÕES	ENDEREÇO	ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA		ÁREA TOTAL DO TERRENO C/ ÁREA CONSTRUÍDA
			INTERNA	EXTERNA	
1	Secretaria de Estado de Licitação e Contratação - SELC	Av. Nossa Senhora da Consolata, nº 472, Centro, Boa Vista, Roraima - CEP 69.301-011	726m2	687m2	1.413m2

• IPER

O local de execução dos serviços para esta UG se dará no Instituto de Previdência do Estado de Roraima - IPER, situado na rua Araújo Filho, 823- Centro, CEP: 69.301-090, nesta Cidade de Boa Vista/RR, de segunda a sexta-feira, exceto feriados.

• FAPERR

RD	INSTALAÇÃO	ENDEREÇO	ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA
1	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Roraima - FAPERR	Situada à Avenida Brigadeiro Eduardo Gomes, s/nº, Bloco III, Complexo Parque Anauá, Bairro dos Estados, CEP: 69.305-455, nesta cidade de Boa Vista - RR, no horário de 07h30 às 13h30, de Segunda a Sexta-Feira, exceto feriados.	R\$ 455 M²

• SEPLAN

O local de execução dos serviços para esta UG será: se dará na sede da Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento/SEPLAN, sito á Rua Coronel Pinto nº 267- Bairro Centro, Boa Vista/RR, de segunda a sexta-feira, exceto feriados., nos horários compreendidos das 7h:30m as 13h:30m.

• CBM/RR

- O local de entrega/execução de serviços para esta UG serão:

ORD.	UNIDADE	ENDEREÇO	ÁREA CONSTRUÍDA (m²)	TERRENO C/ ÁREA CONSTRUÍDA (m²)	FOSSAS SÉPTICAS

1	Quartel do Comando Geral do Corpo de Bombeiros Militar – QCG/CBMRR	Avenida Venezuela, 1271, Bairro: Pricumã, Boa Vista-RR	3.790	10.000	Fossa (30m³) e esgoto
2	Quartel da Companhia de Combate a Incêndio – CCI/1º BPABM	Rua Jerusalém, 280, Bairro: Cambará, Boa Vista-RR	984	1.112	Fossa (30m³) e esgoto
3	Quartel da Companhia de Busca e Salvamento – CBS/1º BPABM	Avenida Presidente Castelo Branco, 723, lote: 199, Quadra: 70, Bairro: Calungá, Boa Vista-RR	1.707	2.928	Fossa (30m³) e esgoto
4	Quartel da 2ª Companhia – 2ª CIA/2º BPABM (Rorainópolis)	Rua Rio Anauá, 12, Bairro: Gentil, Rorainópolis-RR	1.857	7.273	Fossa (30m³)
5	Unidade 31 de Março (antiga Escola Estadual 31 de Março)	Rua Fábio Magalhães, 230, Bairro: 31 de Março, Boa Vista-RR	4.042	7.591	Fossa (30m³) e esgoto
6	Centro de Manutenção – CEMAN/DLog	Avenida Venezuela, 990, Bairro: Mecejana, Boa Vista-RR	2.128	5.409	Fossa (30m³) e esgoto
7	Diretoria de Logística - DLog – DISTRITO INDUSTRIAL	Avenida Parque Industrial, nº 08, 2ª Etapa do Distrito Industrial Governador Aquilino Mota Duarte, Boa Vista-RR	1.665	4.000	Esgoto
8	Comando Operacional da Capital e do Interior - COCI	Avenida Surumu, nº 1769, Bairro: São Vicente, Boa Vista/RR	1.709	2.492	Esgoto

• UERR

O local de entrega/execução dos materiais/serviço para esta UG será: Universidade Estadual de Roraima - UERR.  
- Os serviços serão prestados nos seguintes endereços:

ORD.	CAMPUS	ENDEREÇO	UNIDADE DE MEDIDA	ÁREA (a)		ÁREA TOTAL
				Edificada	Não Edificada	
01	Célia Maria Magalhães Nobre	Rua Sete de Setembro, nº 231, Bairro Canarinho, CEP 69306-530 / nesta cidade de Boa Vista - RR	m²	7.741	22.335	30.076
02	Boa Vista	Rua Pres. Juscelino Kubitscheck, nº 300 - Canarinho, CEP 69306-535/ nesta cidade de Boa Vista - RR	m²	8.704	10.000	18.704
03	Rorainópolis	Av. Senador Hélio Campos, s/nº - Centro, Rorainópolis-RR.	m²	3.104	9.900	13.004

• IPEM

O local de execução dos serviços para esta UG se dará na sede do Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Roraima - IPEM/RR, sito à Av. Surumu, nº 1719, São Vicente, 69.305-455, Cidade de Boa Vista/RR, de segunda a sexta-feira, exceto feriados.

( TIMBRE DA EMPRESA)

ANEXO II

MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS

PROCESSO Nº: 26101.000796/2024.31 – SEJUC PREGÃO ELETRÔNICO SOB O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 90006/2025			CNPJ		
Item	Descrição	Und.	Qtd.	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)

	<b>LOTE I</b>				
1.	SERVIÇO DE LIMPEZA DE FOSSA SÉPTICA. (deverão ser executados através de hidrojetamento a alta pressão com regulagem combinado com sistema de sucção a alto vácuo, na cidade de Boa Vista - RR) unidade de fornecimento: metro cúbico.	Unid.	4.812		
2.	SERVIÇOS DE LIMPEZA E DESOBSTRUÇÃO DE CAIXA DE PASSAGEM E DE GORDURA (deverão ser executados os serviços de desentupimento, limpeza, raspagem e sucção de resíduos, inclusive fazendo dedetização em toda a caixa de gordura e passagem). unidade de fornecimento: unidade.	Unid.	1.796		
3.	SERVIÇOS DE LIMPEZA E DESOBSTRUÇÃO E LIMPEZA DE REDE DE ESGOTO E SUMIDOUROS (deverão ser executados os serviços com hidrojetamento). unidade de fornecimento: unidade.	Unid.	444		
<b>VALOR TOTAL DO LOTE I .....</b>					<b>RS 0,00</b>
	<b>LOTE II</b>				
4.	CONTROLE SANITÁRIO INTEGRADO NO COMBATE A PRAGA NAS ÁREAS INTERNAS E EXTERNA DO LOCAL. (deverá ser executados os serviços dedetização, desinsetização, desratização, descupinização e assemelhados), com fornecimento de mão-de-obra e dos produtos adequados, na cidade de Boa Vista - RR unidade de fornecimento: metro quadrado.	Unid.	1.063.645		
5.	CONTROLE SANITÁRIO ANTI-FUNGOS, MOFOS E BOLORES. (deverá ser executado o serviço de higienização, limpeza e tratamento antifúngico e mofos), com fornecimento de mão-de-obra e dos produtos adequados, na cidade de Boa Vista - RR unidade de fornecimento: metro quadrado.	Unid.	283.058		
<b>VALOR TOTAL DO LOTE II .....</b>					<b>RS 0,00</b>
	<b>LOTE III</b>				
6.	SERVIÇO DE LIMPEZA DE FOSSA SÉPTICA. (deverão ser executados através de hidrojetamento a alta pressão com regulagem combinado com sistema de sucção a alto vácuo, na cidade de Rorainópolis - RR) unidade de fornecimento: metro cúbico.	Unid.	1.054		
7.	SERVIÇOS DE LIMPEZA E DESOBSTRUÇÃO DE CAIXA DE PASSAGEM E DE GORDURA (deverão ser executados os serviços de desentupimento, limpeza,	Unid.	199		

	raspagem e sucção de resíduos, inclusive fazendo dedetização em toda a caixa de gordura e passagem). unidade de fornecimento: unidade.				
8.	SERVIÇOS DE LIMPEZA E DESOBSTRUÇÃO E LIMPEZA DE REDE DE ESGOTO E SUMIDOUROS (deverão ser executados os serviços com hidrojateamento). unidade de fornecimento: unidade.	Unid.	84		
VALOR TOTAL DO LOTE III .....					RS 0,00
	LOTE IV				
9.	CONTROLE SANITÁRIO INTEGRADO NO COMBATE A PRAGA NAS ÁREAS INTERNAS E EXTERNA DO LOCAL. (Deverá ser executados os serviços dedetização, desinsetização, desratização, descupinização e assemelhados), com fornecimento de mão-de-obra e dos produtos adequados, na cidade de Rorainópolis - RR unidade de fornecimento: Metro Quadrado.	Unid.	196.472		
10.	CONTROLE SANITÁRIO ANTI-FUNGOS, MOFOS E BOLORES. (Deverá ser executado o serviço de higienização, limpeza e tratamento antifúngico e mofos), com fornecimento de mão-de-obra e dos produtos adequados, na cidade de Rorainópolis - RR unidade de fornecimento: Metro Quadrado.	Unid.	63.286		
VALOR TOTAL DO LOTE IV .....					RS 0,00
VALOR TOTAL DA PROPOSTA .....					RS 0,00

Boa Vista – RR, 00 de xxxxxxxx de 2025.

VALIDADE DA PROPOSTA:

BANCO:

AGÊNCIA:

CONTA CORRENTE:

FONE(S):

Proponente

ANEXO III

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2025

PROCESSO Nº 26101.000796/2024.31 – SEJUC

Aos \_\_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ de 2025, na SECRETARIA DE ESTADO DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO- SELC, localizada na Av. Nossa Senhora da Consolata, nº 472 – Centro, CEP: 69.301-011, Boa Vista – RR, neste ato representada por seu(ua) Secretário, o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, juntamente com o pregoeiro, Sr.(a) \_\_\_\_\_, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR** desta Ata de Registro de Preços, na forma da **Lei nº 14.133**, de 1º/03/2021, do **Decreto nº 11.462**, de 31/03/2023, e aplicando subsidiariamente a **Lei Complementar nº. 123**, de 14/12/2006, e das demais normas legais aplicáveis, decorrente da licitação na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, sob o Sistema de Registro de Preços, e, de outro lado, a empresa \_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ (Estado), Telefone: \_\_\_\_\_, Banco: \_\_\_\_\_, Agência: \_\_\_\_\_, Conta Corrente: \_\_\_\_\_, vencedora e adjudicatária da licitação supramencionada, neste ato representada por seu representante legal ou procurador, conforme documento comprobatório, resolvem firmar o presente instrumento, objetivando registrar preço dos bens discriminados na Cláusula Primeira, que serão fornecidos em conformidade com as cláusulas e condições seguintes:

**Empresas:**

Ord.	Empresa(s) Classificada(s)	Lote(s)	Vr. Total do(s) Lote(s)

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

1.1. Esta Ata refere-se aos preços registrados para à **Eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de sanitização, dedetização, desratização, desinsetização, descupinização e assemelhados e limpeza, esgotamento, desobstrução de fossa séptica e caixas de gordura**, conforme as seguintes especificações:

Item	Especificação	Und.	Qtd.	Vr. Unit. (R\$)	Vr. Total (R\$)

1.1.1. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente Registro de Preços consta como ANEXO desta Ata.

1.1.2. A listagem deve obedecer a ordem prevista no inciso II e § 2º do art. 18 do Decreto nº 11.462, de 2023.

**1.2. São Órgãos participantes deste Registro de Preços;**

Ord.	Órgão(s) Participante(s)
01	Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania - <b>SEJUC</b>
02	Secretaria do Trabalho e Bem - Estar Social - <b>SETRABES</b>
03	Casa Militar de Roraima
04	Secretaria de Estado dos Povos Indígenas - <b>SEPI</b>
05	Controladoria Geral do Estado de Roraima - <b>COGER</b>
06	Casa Civil do Estado de Roraima
07	Secretaria de Estado de Gestão Estratégica e Administração - <b>SEGAD</b>
08	Secretaria Estadual de Infraestrutura de Roraima - <b>SEINF</b>
09	Procuradoria-Geral do Estado de Roraima - <b>PGERR</b>
10	Secretaria de Estado da Fazenda - <b>SEFAZ</b>
11	Instituto de Terras e Colonização do Estado de Roraima - <b>ITERAIMA</b>
12	Secretaria de Estado de Licitação e Contratação - <b>SELC</b>
13	Instituto de Previdência do Estado de Roraima - <b>IPER</b>
14	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Roraima - <b>FAPERR</b>
15	Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento - <b>SEPLAN</b>
16	Corpo de Bombeiros Militar de Roraima - <b>CBM/RR</b>
17	Universidade Estadual de Roraima - <b>UERR</b>
18	Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Roraima - <b>IPEM/RR</b>

**1.3. Do quantitativo de cada Órgão Participante:**

ORGÃOS	ITEM 01	ITEM 02	ITEM 03	ITEM 04	ITEM 05	ITEM 06	ITEM 07	ITEM 08	ITEM 09	ITEM 10
SEJUC	3.840	600	240	615.624	118.072	960	180	60	125.500	39.400
SETRABES	520	900	102	-	-	-	-	-	-	-
CASA MILITAR	36	-	-	3.440	-	-	-	-	-	-
SEPI	-	-	-	4.096	4.096	-	-	-	-	-
COGER	-	14	2	5.758	1.638	-	-	-	-	-
CASA CIVIL	-	-	-	15.468	-	-	-	-	-	-
SEGAD	-	-	-	80.110	-	-	-	-	-	-
SEINF	220	40	40	13.228	9.612	-	-	-	-	-
PGERR	-	48	-	8.820	-	-	-	-	-	-
SEFAZ	-	6	4	11.973	-	54	8	-	4.106	-
ITERAIMA	-	120	24	9.716	220	4	4	-	304	28
SELC	-	-	-	5.652	2.904	-	-	-	-	-
IPER	-	-	-	4.400	1600	-	-	-	-	-
FAPERR	-	-	-	2.730	2.730	-	-	-	-	-
SEPLAN	-	22	-	3.760	3.760	-	-	-	-	-
CBM/RR	180	30	8	67.066	67.066	30	1	-	14.546	14.546
UERR	16	16	24	195.120	65.780	6	6	24	52.016	9.312
IPEM/RR	-	-	-	16.684	5.580	-	-	-	-	-
Qtd. Total	4.812	1.796	444	1.063.645	283.058	1.054	199	84	196.472	63.286

**1.4. Da utilização da Ata de Registro de Preços por órgão ou entidade não participante:**

Item	Qtd. Total
1.	9.624
2.	3.592
3.	888
4.	2.127.290
5.	566.116
6.	2.108
7.	398
8.	168
9.	392.944
10.	126.572

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA ADESÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO OU ENTIDADE NÃO PARTICIPANTE**

2.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição



de não participantes, observados os seguintes requisitos:

- 2.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- 2.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
- 2.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
- 2.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
- 2.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
- 2.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
- 2.4. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
- 2.5. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços;
- 2.6. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do subitem 2.1 desta cláusula.
- 2.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
- 2.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
- 2.9. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no subitem 2.7 desta cláusula;
- 2.10. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o subitem 2.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.11. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos estabelecidos na Ata de Registro de Preços;

#### CLÁUSULA TERCEIRA – VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

- 3.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso (art. 22 do Decreto nº 11.462, de 31/03/2023).
- 3.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
- 3.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
- 3.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.2.1. O instrumento contratual de que trata o subitem anterior deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
- 3.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
- 3.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
- 3.4.2. **Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:**
- 3.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- 3.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
- 3.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 3.5. O registro a que se refere o subitem 3.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 3.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 3.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o subitem 3.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 3.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
- 3.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas na cláusula oitava.
- 3.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA ASSINATURA DA ATA E DA CONTRATAÇÃO COM FORNECEDORES REGISTRADOS

- 4.1. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.1.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 4.2. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
- 4.3. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor conforme dispõe o § 2º do art. 90 da Lei 14.133 de 1º/04/2021.
- 4.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o subitem 3.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos deste edital, poderá:
- 4.4.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 4.4.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 4.5. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada conforme Art. 21 do Decreto nº 11.462/23.
- 4.6. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante.
- 4.7. A regra prevista no subitem anterior não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma do inciso I do § 4º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
- 5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- 5.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
- 5.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

**CLÁUSULA SEXTA - DA NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado;

6.1.1. Caso os fornecedores que não aceitarem reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.1.2. Na hipótese prevista na cláusula anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no § 3º do art. 28 do Decreto nº 11.462, de 31/03/2023.

6.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto na cláusula oitava, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.

6.2. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.

6.3.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

6.3.2. Não comprovada existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou pela entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do disposto no art. 28, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

6.3.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do disposto no subitem 6.3.2 desta cláusula, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no § 3º do art. 18 do Decreto nº 11.462, de 31/03/2023.

6.3.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, nos termos do disposto no subitem 8.4 desta cláusula, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

6.3.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no subitem 6.2 e no subitem 6.2.1 desta cláusula, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

6.3.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

**7. CLÁUSULA SÉTIMA - DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

7.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

7.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

7.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

7.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

7.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

7.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

7.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

7.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

7.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do subitem 7.3 desta cláusula, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

**CLÁUSULA OITAVA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

8.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no subitem 8.1 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

8.4.1. Por razão de interesse público;

8.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

8.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

**CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES**

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

9.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

9.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no subitem 8.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

**CLÁUSULA DÉCIMA - CONDIÇÕES GERAIS**

10.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO (Anexo I) deste edital.

10.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

10.3. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em .... (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO**

11.1. O Foro para dirimir os possíveis litígios que decorrem da utilização da presente Ata de Registro de Preços será o da comarca de Boa Vista/RR.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
Secretário de Estado de Licitação e Contratação - SELC

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
Representante legal do órgão gerenciador

representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)  
XXX nome da empresa XXX

ANEXO - CADASTRO RESERVA

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)						
	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Und. (se exigida no edital)	Qtd. Máxima	Qtd. Mínima	Vr. Unit. (R\$)	Vr. Total (R\$)

ANEXO IV DO EDITAL Nº ...../.....  
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../.....

TERMO DE CONTRATO PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SANITIZAÇÃO, DEDETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO, DESINSETIZAÇÃO, DESCUPINIZAÇÃO E ASSEMBLHADOS E LIMPEZA, ESGOTAMENTO, DESOBSTRUÇÃO DE FOSSA SÉPTICA E CAIXAS DE GORDURA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS PRÉDIOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E DA CIDADANIA - SEJUC DA CAPITAL E DO INTERIOR, TERMOS DA TABELA CONTIDA NO ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA, QUE FAZEM ENTRE SI O ESTADO DE RORAIMA,  
POR INTERMÉDIO DO (A) ....., E .....

O Estado de Roraima, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 84.012.012/0001-26, com sede no Palácio Senador Hélio Campos, situado na Praça do Centro Cívico, s/nº, Centro, na cidade de Boa Vista, Estado de Roraima, por intermédio do(a) ..... (órgão contratante), com sede no(a) ....., na cidade de Boa Vista, Estado de Roraima, neste ato representado(a) pelo(a) ..... (cargo e nome), nomeado(a) pelo Decreto nº ..... de ..... de ..... de 20..., publicada no DOE/RR de ..... de ..... de ....., portador(a) da Matrícula Funcional nº ....., doravante denominado **CONTRATANTE**, e o(a) ..... inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ..... sediado(a) na ....., doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representado(a) por ..... (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico, sob o Sistema de Registro de Preços, nº ...../....., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é **Eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de sanitização, dedetização, desratização, desinsetização, descupinização e assemelhados e limpeza, esgotamento, desobstrução de fossa séptica e caixas de gordura para atender as necessidades dos prédios da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania - SEJUC da capital e do interior**, de acordo com as quantidades e especificações técnicas constantes do Termo de Referência - Anexo I e Modelo da Proposta de Preços - Anexo II, anexo a este Contrato.

1.2. Discriminação do objeto:

Item	Descrição	Und.	Qtd.	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
	LOTE 1				
1.	SERVIÇO DE LIMPEZA DE FOSSA SÉPTICA. (deverão ser executados através de hidrojateamento a alta pressão com regulagem combinado com sistema de sucção a alto vácuo, na cidade de Boa Vista - RR)  unidade de fornecimento: metro cúbico.	Unid.	4.812		
2.	SERVIÇOS DE LIMPEZA E DESOBSTRUÇÃO DE CAIXA DE PASSAGEM E DE GORDURA (deverão ser executados os serviços de desentupimento, limpeza, raspagem e sucção de resíduos, inclusive fazendo dedetização em toda a caixa de gordura e passagem).  unidade de fornecimento: unidade.	Unid.	1.796		
3.	SERVIÇOS DE LIMPEZA E DESOBSTRUÇÃO E LIMPEZA DE REDE DE ESGOTO E SUMIDOUROS (deverão ser executados os serviços com hidrojateamento).	Unid.	444		

	unidade de fornecimento: unidade.				
<b>VALOR TOTAL DO LOTE I .....</b>					<b>R\$ 0,00</b>
	<b>LOTE II</b>				
4.	CONTROLE SANITÁRIO INTEGRADO NO COMBATE A PRAGA NAS ÁREAS INTERNAS E EXTERNA DO LOCAL. (deverá ser executados os serviços dedetização, desinsetização, desratização, descupinização e assemelhados), com fornecimento de mão-de-obra e dos produtos adequados, na cidade de Boa Vista - RR  unidade de fornecimento: metro quadrado.	Unid.	1.063.645		
5.	CONTROLE SANITÁRIO ANTI-FUNGOS, MOFOS E BOLORES. (deverá ser executado o serviço de higienização, limpeza e tratamento antifúngico e mofos), com fornecimento de mão-de-obra e dos produtos adequados, na cidade de Boa Vista - RR  unidade de fornecimento: metro quadrado.	Unid.	283.058		
<b>VALOR TOTAL DO LOTE II .....</b>					<b>R\$ 0,00</b>
	<b>LOTE III</b>				
6.	SERVIÇO DE LIMPEZA DE FOSSA SÉPTICA. (deverão ser executados através de hidrojateamento a alta pressão com regulagem combinado com sistema de sucção a alto vácuo, na cidade de Rorainópolis - RR)  unidade de fornecimento: metro cúbico.	Unid.	1.054		
7.	SERVIÇOS DE LIMPEZA E DESOBSTRUÇÃO DE CAIXA DE PASSAGEM E DE GORDURA (deverão ser executados os serviços de desentupimento, limpeza, raspagem e sucção de resíduos, inclusive fazendo dedetização em toda a caixa de gordura e passagem).  unidade de fornecimento: unidade.	Unid.	199		
8.	SERVIÇOS DE LIMPEZA E DESOBSTRUÇÃO E LIMPEZA DE REDE DE ESGOTO E SUMIDOUROS (deverão ser executados os serviços com hidrojateamento).  unidade de fornecimento: unidade.	Unid.	84		
<b>VALOR TOTAL DO LOTE III .....</b>					<b>R\$ 0,00</b>
	<b>LOTE IV</b>				
9.	CONTROLE SANITÁRIO INTEGRADO NO COMBATE A PRAGA NAS ÁREAS INTERNAS E EXTERNA DO LOCAL. (Deverá ser executados os serviços dedetização, desinsetização, desratização, descupinização e assemelhados), com fornecimento de mão-de-obra e dos produtos adequados, na cidade de Rorainópolis - RR  unidade de fornecimento: Metro Quadrado.	Unid.	196.472		

10.	CONTROLE SANITÁRIO ANTI-FUNGOS, MOFOS E BOLORES. (Deverá ser executado o serviço de higienização, limpeza e tratamento antifúngico e mofos), com fornecimento de mão-de-obra e dos produtos adequados, na cidade de Rorainópolis - RR  unidade de fornecimento: Metro Quadrado.	Unid.	63.286		
VALOR TOTAL DO LOTE IV .....					R\$ 0,00
VALOR TOTAL DA PROPOSTA .....					R\$ 0,00

- 1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.
- 1.4. O Termo de Referência deve ser entregue ao Contratado como anexo deste Contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses contados da última assinatura, nos termos do art. 106 da Lei nº14.133, de 2021, prorrogável por até 10 anos, conforme o art. 107 da mesma lei.
- 2.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação, recebimento, validade/garantia e/ou assistência técnica do objeto constam do Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PREÇO E PAGAMENTO

- 5.1.1. O valor total da contratação é de R\$...... (.....).
- 5.1.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 5.1.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.
- 5.2. Pagamento
- 5.2.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

- 6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em \_\_/\_\_/\_\_ (DD/MM/AAAA).
- 6.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA , exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 6.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 6.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 6.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 6.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 6.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 7.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado de acordo com o contrato e anexos;
- 7.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

- 7.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 7.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 7.5. Comunicar o Contratado para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art.143 da Lei nº14.133, de 2021;
- 7.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- 7.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 7.8. Cientificar a Procuradoria Geral do Estado - PGE para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 7.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 7.9.1. A Administração terá o prazo de até1 (um) mês para decidir, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 7.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado, no prazo máximo de 1 (um) mês, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período;
- 7.11. Notificar os emitentes das garantias de execução, nos termos do §4º, do art.137, da Lei nº14.133, de 2021, quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;
- 7.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

- 8.1. Prestar os serviços contratados com características exigidas no contrato e de acordo com a legislação vigente pertinente, sendo vedadas soluções alternativas para execução do objeto, ressalvadas as hipóteses de expressa anuência por parte da Administração;
- 8.2. Utilizar pessoal qualificado - de boa conduta e formação/conhecimento adequados - em número suficiente à execução dos serviços;
- 8.3. Cumprir o cronograma dos serviços programados na sua íntegra, não deixando serviços incompletos e/ou mal-acabados;
- 8.4. Em casos emergenciais, proliferações repentinas, bem como corrigir falhas que tenham ocorrido proveniente do serviço realizado de desentupimento, desobstrução e limpeza de fossa séptica e limpeza de caixa de gordura e esgoto, a Contratada deverá atender em até 48 (quarenta e oito) horas após a notificação por meio de e-mail e ou telefone, feito pela Fiscalização do Contrato;
- 8.5. Refazer o serviço de controle de pragas e vetores, desentupimento, desobstrução e limpeza de fossa séptica e caixas e gordura e esgoto nas áreas em que for verificada a ineficácia dos serviços prestados, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, contados do recebimento da notificação enviada pela Fiscalização, por meio de e-mail, sem ônus extra para o CONTRATANTE;
- 8.6. Apresentar os empregados aplicadores devidamente identificados mediante uso permanente de crachás, com fotografia recente e nome visível munidos dos respectivos EPI's;
- 8.7. Após os procedimentos necessários à execução dos serviços, a CONTRATADA deverá deixar cada setor/objeto envolvido em perfeito estado/funcionamento, responsabilizando-se pela solução dos problemas que por ventura surgirem face aos procedimentos utilizados;
- 8.8. Efetuar o recolhimento das embalagens vazias e respectivas tampas dos produtos aplicados, para fins de destinação final ambientalmente adequada, a cargo das empresas titulares do registro, produtoras e comercializadoras, ou de posto de recolhimento licenciado e credenciado, observadas as instruções constantes dos rótulos e das bulas, conforme artigo 33, inciso I, da Lei nº 12.305, de 2010, artigo 53 do Decreto nº 4.074, de 2002, e legislação correlata;
- 8.9. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, desde que a despesa não esteja liquidada;
- 8.10. Executar o objeto em conformidade com as legislações e normas pertinentes e vigentes, bem assim dentro das especificações e/ou condições constantes da Proposta Vencedora, do Edital e seus Anexos;
- 8.11. Executar diretamente o objeto, sem transferência de responsabilidades ou subcontratações não autorizadas pelo CONTRATANTE;
- 8.12. Assinar o instrumento contratual no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação formal da Administração convocando para esse fim;
- 8.13. Selecionar e preparar os empregados que irão executar os serviços para o CONTRATANTE, com treinamentos, mantendo suas funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho;
- 8.14. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 8.15. Comparecer, sempre que convocada, às visitas e/ou reuniões solicitadas pelo CONTRATANTE, assumindo ônus por sua ausência;
- 8.16. Assumir todas as responsabilidades na ocorrência de acidente de trabalho, quando forem vítimas os seus empregados ou por eles causados a terceiros no desempenho de suas atividades e nos horários de fornecimento, em conformidade com a legislação trabalhista específica, garantindo a devida e imediata assistência;
- 8.17. Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas internas disciplinares e de segurança do CONTRATANTE;
- 8.18. Responsabilizar-se integralmente pelo objeto contratado, nas quantidades e padrões estabelecidos, vindo a responder pelos danos causados diretamente a Secretária de Estado da Justiça e Cidadania ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, nos termos da legislação vigente, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo órgão interessado, conforme determina o art 120 da Lei 14133/21;
- 8.19. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 8.20. Indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;
- 8.21. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto deste Termo de Referência, conforme art. 50 da Lei 14.133/21;
- 8.22. Comunicar a Secretária de Estado da Justiça e Cidadania, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos necessários;
- 8.23. Não empregar menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como a não empregar menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
- 8.24. Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação, conforme abrange a Lei 14133/21;
- 8.25. Na hipótese do inadimplemento do subitem anterior, a Contratada será notificada, no prazo definido pela Secretária de Estado da Justiça e Cidadania, para regularizar a situação, sob pena de rescisão do Contrato e execução da garantia contratual, para ressarcimento da Administração e dos valores das multas e indenizações a ela devidos (art. 155 da Lei nº 14.133), além das penalidades previstas no Edital, no Termo de Referência, no Instrumento do Contrato e na Lei;
- 8.26. Manter sempre atualizados os seus dados cadastrais, alteração da constituição social ou do estatuto, conforme o caso, principalmente em caso de modificação de telefone, endereço eletrônico ou endereço físico, sob pena de infração contratual;
- 8.27. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 8.28. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 8.29. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 8.30. A CONTRATADA deverá dar, além do prazo de garantia da desinsetização de pragas, insetos e da desratização durante as aplicações, um prazo final de garantia de **90 (noventa) dias** após a última aplicação;
- 8.31. A CONTRATADA deverá aplicar dentro do período de garantia tantas corretivas forem necessárias para corrigir as possíveis aparições de insetos e outras pragas. As chamadas para o pronto atendimento de correção (aplicação corretiva) ou de reforço não implicarão em qualquer ônus adicional;

8.32. Para os serviços de limpeza de fossa, desobstrução de caixa de passagem e de gordura e desobstrução e limpeza de rede de esgoto e sumidouros, A CONTRATADA Dar garantia dos serviços prestados, utilizar produtos com registro no Ministério da Saúde e atender as exigências e normas, inclusive de segurança e ambientais, quando instituídas pelas Agências e Órgãos Oficiais reguladores e/ou fiscalizadores, após cada serviço realizado, por localidade;

8.33. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

8.34. A CONTRATADA deverá realizar quantos serviços forem necessários, dentro do prazo de garantia do serviço, respondendo a **Contratada**, exclusivamente, pelo ônus e pelos custos dessa nova intervenção, não sendo a ela devidos qualquer indenização ou pagamento por esse serviço;

8.35. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

8.36. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, “d”, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.37. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

8.38. Cumprir todas as obrigações constantes do Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

8.39. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante.

#### CLÁUSULA NONA - DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

9.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I - **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

II - **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

III - **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

IV - **Multa**:

- a) moratória de 0,5% a 15% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
- b) compensatória de 15% a 30% (trinta por cento) do valor sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

10.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

10.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

10.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

10.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente, observadas as disposições da Lei Estadual nº 1.025, de 12 de janeiro de 2016.

10.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.6. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

10.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

10.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

10.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

10.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

11.4. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes.

11.4.1. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

- 11.4.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.
- 11.4.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.
- 11.5. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 11.5.1. Nessa hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 11.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 11.5.2.1. e a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 11.6. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
- 11.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 11.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 11.6.3. Indenizações e multas.
- 11.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

12.1. A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

I – Unidade Orçamentária: xxxxxxxx

II – Programa de Trabalho: xxxxxxxx

III – Elemento de Despesa: xxxxxxxx

IV – Fonte de Recursos: xxxxxxxx

12.2. Para cobertura das despesas decorrentes desta contratação foi emitida Nota de Empenho nº \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, tipo \_\_\_\_\_, no valor de \_\_\_\_\_.

12.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS**

13.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DAS ALTERAÇÕES**

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO**

15.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO**

16.1. Fica eleito o foro da comarca de Boa Vista - Roraima para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento deste Contrato.

E por se acharem justas e acordadas, as partes assinam eletronicamente o presente instrumento para que surta todos os efeitos em Direito previstos.

Boa Vista-RR, data constante no sistema.

\_\_\_\_\_  
CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
CONTRATADA

Orientação para a CONTRATANTE

Esta minuta de contrato não dispõe de campo para assinatura de testemunhas porque "[...] o contrato assinado com a Administração e regularmente publicado dispensa testemunhas e registro em cartório, pois, como todo ato administrativo, traz em si a presunção de legitimidade e vale contra terceiros desde a sua publicação." (MEIRELLES, 1996, p. 179).





Documento assinado eletronicamente por **Juliano Bacarim, Secretário Adjunto**, em 01/04/2025, às 11:46, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no endereço <https://sei.rr.gov.br/autenticar> informando o código verificador **16929964** e o código CRC **8EB440BC**.